

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

REGINA MARIA PEREGRINO PIMENTEL DE OLIVEIRA

VIOLÊNCIA: UM GOZO NÃO BALIZADO PELO SIMBÓLICO

**JOÃO PESSOA
2012**

REGINA MARIA PEREGRINO PIMENTEL DE OLIVEIRA

VIOLÊNCIA: UM GOZO NÃO BALIZADO PELO SIMBÓLICO

Trabalho de Dissertação submetido à avaliação como parte dos pré-requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Letras.

Área de concentração: linguagem e cultura

Linha de pesquisa: sujeito, linguagem e psicanálise

ORIENTADORA: Professora Doutora Mônica Nóbrega

JOÃO PESSOA
2012

O48v Oliveira, Regina Maria Peregrino Pimentel de.
Violência: um gozo não balizado pelo simbólico / Regina
Maria Peregrino Pimentel de Oliveira.- João Pessoa, 2012.
103f. : il.
Orientadora: Mônica Nóbrega
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Linguagem e Cultura. 2. Linguagem e psicanálise.
3. Sujeito. 4. Gozo. 5. Mal estar. 6. Sintoma. 7. Violência.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

Regina Maria Peregrino Pimentel de Oliveira

Violência: um gozo não balizado pelo simbólico

Trabalho de Dissertação submetido à avaliação do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos pré-requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Letras.

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof^a Dr^a Mônica Nóbrega (Orientadora)

Prof^a Dr^a Margarida Maria Elia Assad (UFPB)

Prof^a Dr^a Cleide Pereira Monteiro (UFCG)

Para Fred, meu companheiro de todas as horas.
Para Marina, Gabriela e Livia, minhas filhas
queridas.
Para meu neto Matheus e minhas netas Isadora,
Laura e Mariah.
Ao meu pai (*in memoriam*) por ter despertado em
mim o gosto pela arte e pelas letras, e à minha
mãe pelo carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Mônica Nóbrega, pelo apoio durante esse percurso, assumindo o desafio de orientar um tema que exige a visita a conceitos multidisciplinares.

Às professoras Dra. Margarida Assad e Dra. Cleide Pereira, pela gentil aceitação para compor a Banca Examinadora desta Dissertação.

Ao pessoal que compõe a Escola Brasileira de Psicanálise-Delegação Paraíba pelas aulas tão esclarecedoras acerca do ensino e da clínica lacaniana.

Ao pessoal do Programa de Pós-graduação em Letras, sobretudo a Rose, pela presteza no atendimento.

A todas as amigas construídas durante esse percurso, especialmente à Suele Conde, Elisângela Ferreira, Raquel Ferreira, Francisco Xavier e Natanael Duarte.

À Beatriz Lavieri e Regileide Lucena, que através do Projeto Aimeé e das Quartas Lacanianas possibilitaram o estudo de textos sobre a clínica lacaniana e o estudo dos Seminários de Lacan.

Aos meus familiares, pela compreensão sobre as horas de isolamento necessárias para a produção científica.

Enfim, meu afetuoso agradecimento a todos os amigos e pessoas que me acompanharam nessa etapa.

RESUMO

OLIVEIRA, Regina Maria Peregrino Pimentel. **Violência: um gozo não balizado pelo simbólico**. Dissertação (Mestrado em Letras. Universidade Federal da Paraíba).

A presente pesquisa tem como tema a articulação entre a violência e o declínio da ordem simbólica, representado na psicanálise lacaniana pela queda do significante do Nome-do-Pai e que constitui signo da sociedade contemporânea. Muito embora a violência esteja presente na história da humanidade, acreditamos que sua proliferação justifique um campo de investigação. Aqui a violência não será catalogada (violência doméstica, violência urbana etc.), porque entendemos que a partir da catalogação do fenômeno dificultaríamos o problema da sua localização, tendo em vista que seria necessário adentrarmos na questão da existência de uma vítima, o sujeito que sofre o ato. Abordamos a violência como um sintoma contemporâneo, como sinalização do mal estar atual fruto do predomínio da satisfação pulsional, onde o valor de sentido do sintoma se encontra subjulgado ao seu valor de gozo. De acordo com a psicanálise lacaniana, na contemporaneidade não se conta mais com um limite oferecido pela exceção, mas sim com um universal que se inscreve como um conjunto aberto, sem um limite, do lado da sexuação feminina, o que conduz à questão do tratamento do gozo quando este escapa à lei. Acreditamos que a psicanálise possa contribuir para transformar a violência, como sintoma que formaliza o gozo, em sintoma analítico a fim de proporcionar aos sujeitos a possibilidade de invenção de um *sinthoma* que possa dar outra forma ao gozo e aliviar o mal estar atual desses sujeitos, mesmo considerando que da perspectiva da psicanálise somente o sujeito pode dizer do que não vai bem com ele (embora não exista um saber constituído previamente sobre esse dizer) e transformar o seu sintoma em sintoma de análise.

Palavras-chaves: Gozo, Mal estar, Sintoma, Violência.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Regina Maria Peregrino Pimentel. **Violência: um gozo não balizado pelo simbólico.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba.

This research has as its theme the link between the violence and the decline of the symbolic order, represented in the Lacanian psychoanalysis by the fall of the significant the Name-of-father and which represents sign of contemporary society. Although the violence is in the history mankind, we believe that its spread justifies a field of investigation. In this paper the violence will not be cataloged (domestic violence, urban violence, etc.) because we understand that by the cataloging of the phenomenon we would difficult the problem of its location, in view of it would be necessary enter in the matter of the existence of a victim, the subject who suffers the act. Thereby, we will discuss the violence as a contemporary symptom, as a signing of the current discontent, result of the prevalence of the drive satisfaction, where the value of sense of the symptom is subdued to its value of enjoyment. According to Lacanian psychoanalysis, in the contemporaneity does not exist more a limit offered by the exception, but what exists is a worldwide which register itself as a opened set, without a limit, beside the female sexuation which leads to the question of the enjoyment treatment when this escapes to the law. We believe that the psychoanalysis can contribute to turn the violence, as a symptom which formalizes the enjoyment, into an analytical symptom to provide to the subjects the possibility of invention of a *sinthoma* that can reshape the enjoyment and relieve the current discontent of the subjects, even considering that by the outlook of psychoanalysis only the subject can say from what does not go well with them (although it does not exist a knowledge previously constituted about this saying) and turn their symptom into an analysis symptom.

Keywords: Enjoyment, Discontent, Symptom, Violence

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrutura básica mínima dos discursos.....	42
Figura 02 – Os quatro discursos.....	42
Figura 03 – O discurso capitalista.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: O Ser de Linguagem e a dialética do desejo.....	17
1.1- Lacan e o significante.....	17
1.1.1 - O Outro Absoluto: provedor de alimentos, amor e palavras.....	20
1.1.2 – A adesão ao pacto simbólico.....	21
1.1.3 - O Nome-do-Pai: articulando o desejo à lei.....	25
CAPÍTULO 2: O declínio do Nome-do-Pai.....	32
2.1- Questões sobre a autoridade paterna.....	32
2.1.1- O pai em Freud e o pai em Lacan.....	35
2.1.2 – A inversão no discurso e o declínio do Nome-do-Pai.....	41
2.1.3- A família como função de transmissão: as novas configurações familiares.....	46
CAPÍTULO 3: A violência na sociedade contemporânea.....	49
3.1 – Etimologia do termo, definição e localização na atualidade.....	50
3.2 – Violência e agressividade em psicanálise: por uma distinção.....	54
3.3 - A passagem ao ato e o <i>acting-out</i>	58
3.4 – Violência e sintoma.....	67
3.5 – Violência: um gozo não balizado pelo simbólico.....	70
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

A violência que assola a sociedade hipermoderna¹ é tema que preocupa autoridades, pais, educadores, enfim, todo o corpo social. As propostas são inúmeras diante da indignação das pessoas frente a atos brutais de desrespeito à dignidade da pessoa humana, à sua integridade física e à sua vida.

Essas propostas variam desde a tentativa de implementação de políticas públicas que garantam os direitos do cidadão e a prevenção dos delitos, por exemplo, a criação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), até as propostas de elaboração de uma legislação punitiva mais severa, baseada na ideologia da tolerância zero, aos moldes do sistema americano, como a proposta de redução da idade penal. Como se sabe, desde 1999 são discutidas no Congresso Nacional várias propostas de emenda constitucional sobre o tema da redução da maioridade penal, que na legislação atual (Constituição Federal e Código Penal) é 18 anos. Em 2007, todas essas propostas foram reunidas em um único substitutivo, de autoria do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Até o presente momento o substitutivo não foi votado porque os Projetos de Emenda Constitucional (PEC) exigem que o quorum de votação seja de maioria absoluta nas duas casas legislativas, ou seja, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que torna mais difícil a colocação do substitutivo em votação. Enquanto

¹ Termo utilizado por Miller na Conferência em Comandatuba por ocasião do IV Congresso da AMP.

isso, segmentos sociais discutem a proposta como uma possível solução – ou não – à questão da violência.

Esse tipo de proposta reflete o clamor das pessoas e a dificuldade do Estado em busca da solução para a questão. Ainda assim, diante de um ordenamento jurídico repleto de diplomas legais cada vez mais específicos e de propostas de leis mais radicais, a violência se propaga brutalmente.

Segundo o Mapa da Violência 2012² (p.19), elaborado pelos Institutos Sangari³, que realiza um levantamento pormenorizado do crescimento da violência nas diversas Unidades da Federação, bem como apresenta as variações observadas nas últimas três décadas, por exemplo, no grau de disseminação e no deslocamento da violência das regiões metropolitanas para as cidades menores, a violência (homicida) no Brasil, pelo histórico de 30 anos disponibilizado pelo Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, passou de 13.910 homicídios em 1980 para 49.932 em 2010, um aumento de 259%, equivalente a um crescimento de 4,4% ao ano.

Por que a vasta existência e a especificidade de leis no nosso ordenamento jurídico não dão conta da questão da violência? Diante de tantas leis, qual é a lei que falta? Ou seja, existem leis positivadas, mas elas acabam por ficar no papel, não se efetivam. Elas são facilmente descumpridas porque a lei simbólica entrou em decadência. É essa a questão a ser abordada no presente trabalho. O declínio da lei simbólica, ou seja, a transgressão dessa lei como uma das possíveis causas para a transgressão também das leis positivadas, ou seja, para o cometimento de delitos, entre eles, da violência. Uma violência banalizada que surge como um excesso de gozo que provoca o mal-estar atual, como um

² <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012>, acesso em 26/05/2012. O Mapa toma o homicídio como indicador geral da violência por considerar que “a morte, representa, *per se*, a violência levada a seu grau extremo”.

³ <http://www.institutossangari.org.br>.

sinal de que algo não vai bem com o gozo porque não existe mais o Outro simbólico que impunha o limite. A violência como um gozo que não foi balizado pela lei simbólica.

Émile Durkheim, ao elaborar a teoria da anomia (palavra derivada do grego que significa *a*, ausência; e *nomos*, Lei), apontou a ausência ou a desintegração das normas sociais como causa promotora da violência social. “São situações de desregulação que deixam os movimentos sociais sem um freio para discipliná-las” (SHECAIRA, 2004. p. 215).

Para o estudo da anomia em Durkheim, o autor acima citado salienta a importância de três ideias que estão relacionadas às diferentes acepções do termo. Em primeiro lugar, a situação em que a norma existe, mas não é cumprida, ou seja, através da transgressão da norma ocorre a prática do ato infracional. Outra situação é a existência de um conflito de normas, tornando difícil a adequação do indivíduo aos padrões sociais. Por último, a existência de um movimento contestatório provocado por uma crise de valores que “descortina a inexistência de normas que vinculem as pessoas num contexto social” (*op. cit.* p.217).

O conceito de *anomia* da sociologia funcionalista de Durkheim é redimensionado por Lacan no seu ensino. Lacan fala da lei simbólica, a lei da linguagem, do significante ao qual chamou de Nome-do-Pai. Tanto para a sociologia de Durkheim como para a psicanálise lacaniana é a lei que se torna responsável pelo laço social. Para Durkheim é através das normas sociais que os indivíduos se vinculam no contexto social e para Lacan é a lei simbólica responsável pela constituição do laço social (posteriormente Lacan dirá que o discurso é o que faz laço). Em Durkheim a anomia é a ausência ou a desintegração das normas sociais, “redimensionada por Jacques Lacan como ‘ausência’ ou ‘não implicação’ da família na ‘transmissão de uma constituição subjetiva com relação à prole’” (LAIA, 2007, p.6).

A ausência dessa lei simbólica, ao qual denominou de forclusão do Nome-do-Pai, constitui, para Lacan (1957-1958 [1999]), o paradigma da psicose. Daí, talvez se possa dizer que na hipermodernidade os sujeitos estejam mais próximos da psicose do que da neurose, muito embora o que ocorra não seja da ordem de uma forclusão, mas do declínio da função do significante, como será visto adiante.

O pai simbólico é a Lei. Lei que proíbe o incesto, que corta a relação dual estabelecida no Édipo e que insere o sujeito no estado de cultura. Inserção essa que ocorre através da linguagem. É possível se pensar então que na sociedade hipermoderna, capitalista, voltada para o consumo e para o individualismo, esteja ocorrendo uma inversão de valores que implica em uma mudança nas relações sociais, inclusive no núcleo familiar. As funções do pai e da mãe sofreram profundas modificações a partir do momento em que ambos passaram a ocupar o mercado de trabalho, conseqüentemente, de consumo, o que acirrou a relação de poder entre os sexos, mitigando as diferenças. A mãe passou a exercer múltiplas funções, o que faz com que ela muitas vezes mantenha o domínio das relações familiares. Por outro lado, a função do pai entrou em declínio. “Há, assim, um domínio materno que se torna ainda mais preponderante devido às diferentes formas (não apenas econômico-sociais e estatísticas) que a demissão do pai toma no mundo contemporâneo”. (LAIA, *in. op. cit.*, p.9)

É no declínio dessa função, que Lacan chamou de metáfora paterna, regente da ordem simbólica, que este estudo se encontra centrado na tentativa de demonstrar a importância da função paterna como limite e orientação à ditadura do gozo imposta pela sociedade capitalista e seus ideais de consumo, e como o declínio dessa função contribui para o crescimento da violência.

Porém, é importante salientar que essa demonstração não se presta a um chamamento a um retorno ao pai universal. Muito pelo contrário, a proposta é a de seguir a

orientação lacaniana que se iniciou com a pluralização do Nome-do-Pai em direção à formação do quarto nó que Lacan chamou *sinthoma*, quando introduziu na clínica dos nós (RSI) o elo equivalente ao pai, não ao Nome-do-Pai, mas ao pai que nomeia, cuja função é de suplência.

Aqui a violência é entendida então como a expressão do sujeito frente a um gozo excessivo, insuportável, como uma transgressão da lei, sobretudo da lei simbólica. Aparece como um novo sintoma do sujeito hipermoderno que quase já não consegue metaforizar, inserido em um ambiente social onde a fala, o dizer implicados na constituição do sujeito se encontram prejudicados em detrimento de uma linguagem visual, mais rápida, imediata, cuja função é apenas comunicar, ditar modelos de comportamento através da invasão da imagem. Diz Sérgio Laia, ao analisar a questão no texto *Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana: uma contribuição para a investigação sobre a “perversão generalizada”*, publicado na revista digital de psicanálise *@gente*: “Neste contexto, permito-me dizer que o ato violento pode se configurar como um ‘modo de subjetivação’, uma tentativa de ‘ganhar visibilidade’, um esforço de um sujeito ‘se dar um nome’...” (LAIA, *in. op. cit.* p. 7).

Foi a partir da linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure e sua concepção sistêmica de língua que Lacan introduziu em sua teoria psicanalítica o conceito de significante, muito embora, como observa Arrivé (1999), o significante lacaniano não se confunda com o significante saussuriano.

Segundo Arrivé (1999), foi desde o *Relatório de Roma* que Lacan introduziu os conceitos de significado e significante de Saussure à sua elaboração teórica, inclusive em uma tentativa de aproximação com Freud através da identificação sintoma-significante-símbolo mnêmico. Arrivé diz ainda que Lacan frisa em *Radiophonie* a antecipação de Saussure por Freud, e que o inconsciente é a condição da linguística.

Arrivé (*in. op. cit.*) outra vez cita Lacan para chamar a atenção à afirmação de que o significante é signo de um sujeito, um sujeito que é transportado de significante em significante. Este é um movimento do sistema linguístico que só é possível através das relações que os termos estabelecem tanto no sintagma quanto no paradigma, e a partir das quais os termos adquirem valor. Por sua vez, é a partir da aquisição de valor que ocorre a produção de sentidos que permite o aparecimento do sujeito na relação entre um significante e outro significante, em uma cadeia chamada por Lacan [1953(1998)] de cadeia significante.

Com base no significante saussuriano e no movimento da língua que possibilitou a Jakobson (1995) a criação dos conceitos de metáfora e metonímia, Lacan elaborou, na sua primeira clínica, a noção de Simbólico, o que lhe permitiu o avanço no estudo das psicoses. A metonímia, de forma sucinta, é o transporte da significação que ocorre na cadeia da fala, no eixo chamado por Saussure (1972) de sintagma, enquanto que a metáfora é a estrutura de superposição dos significantes, no eixo denominado também por Saussure de paradigma.

Quanto à metáfora paterna, para abordá-la, escolhemos realizar um percurso que terá início na relação entre o pai e o mito. O Édipo surge como a metáfora primeira ou primária. A proibição do incesto é uma lei universal que constitui um critério de separação do estado de natureza do homem e o seu acesso ao estado de cultura.

Lacan coloca o Édipo como “uma armadura significante mínima, que permite a entrada do sujeito no mundo simbólico” (RAMIREZ, 2004). A castração via pai tem uma função mediatizadora da relação mãe/filho e filho/mãe. Assim, considerando a metáfora um significante que substitui outro significante, o Nome-do-Pai entra em substituição ao primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno.

É por meio da metáfora paterna e de seu mecanismo fundamental, o recalque originário, que a criança realiza a substituição significante, permitindo que um novo significante ocupe o lugar do significante originário do desejo da mãe que é recalcado e passa para o inconsciente. Segundo Ramirez (*in op. cit.*), pode-se dizer que o pai, na constituição do desejo, inscreve o falo no campo do Outro, dando um basta ao incestuoso, ao transbordamento do gozo.

As questões que envolvem o campo da linguagem, ou seja, a ordem simbólica, mais especificamente o significante e o ser que através dele se constitui, bem como a inscrição do Nome-do-Pai como detentor da função de articulação entre o desejo e a lei estão postas no primeiro capítulo do presente trabalho.

No segundo capítulo abordamos o caminho percorrido pela função paterna desde o mito freudiano, passando pelo significante lacaniano até chegar ao seu declínio, de certa forma previsto pelo próprio Lacan no seu último ensino, quando, introduzindo a pluralização do Nome-do-Pai e o nó borromeano, propôs uma nova versão do pai. Neste capítulo sobre as questões da autoridade paterna abordamos ainda as novas configurações da família atual, o déficit na ordem da transmissão resultante do declínio da função do pai e a questão das alterações sofridas no laço social pela inversão de posição do significante mestre na ordem dos discursos demonstrada por Lacan.

No terceiro e último capítulo é abordada a questão central do presente trabalho, qual seja, a relação entre o declínio da ordem simbólica fundada no pai universal e a violência na sociedade contemporânea. Para tanto é realizada inicialmente uma análise que permita delimitar e atualizar o termo violência, distinguindo-o do conceito de agressividade de que trata a psicanálise. Em seguida, é abordado o conceito de gozo e realizadas algumas pontuações acerca do sintoma, considerando que este formaliza o gozo

e localiza esse gozo dentro dos limites do princípio do prazer, conforme pontuou Miller (apud SILVA JR., 2007).

Por fim, analisamos a indicação rumo a uma nova ordem simbólica na contemporaneidade, onde o significante Nome-do-Pai já não consegue operar, tornando-se necessário que cada um faça a sua invenção, o seu nome-do-pai como suplência, para que o homem contemporâneo possa lidar com o mal estar atual. Mal estar esse que ocasiona os novos sintomas, entre eles, a violência. Se a ordem simbólica que sustentava a falta agora aparelha o gozo, é na letra, na ordem do fazer que o sujeito pode encontrar o seu nome-do-pai e não mais no significante. Daí, concluirmos pela assertiva de Lacan acerca de uma solução pela pai-versão.

Por que abordar então a questão da violência em uma linha de pesquisa que articula linguística e psicanálise se a aproximação entre essas áreas é através do significante que estrutura a ordem simbólica? A violência é ato, estando, portanto, fora da fala, embora exista violência pela fala (injúrias, difamações etc.). A violência é real. Pensar dessa forma dá a impressão de que não haveria questão com o significante, já que houve um declínio da função do significante mestre. Assim, não haveria como se falar de linguagem, o que abriria uma distância com relação à linguística. Porém, não se trata de um distanciamento, mas de um atravessamento. Não se trata de desprezar o significante, a ordem simbólica instituída pela linguagem, mas de ir além do significante como efeito do próprio significante e, em consequência dele ou do seu declínio, buscar a solução, um a um, para o mal estar atual.

CAPÍTULO 1

O SER DE LINGUAGEM E A DIALÉTICA DO DESEJO

“No princípio era o verbo...” (JO 1: 14)

1.1 LACAN E O SIGNIFICANTE

No livro intitulado *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*, Cabas (2009) descreve a situação da psicanálise nos anos 50, época em que a Europa vivia os efeitos do pós-guerra. Naquele tópico, lembra o autor, na França os debates acerca do estatuto social e do sentido das instituições eram intensos, retratando a profunda descrença quanto ao valor real das conquistas culturais que por séculos caracterizaram a civilização europeia. A situação era de efusivos debates e de surgimento de novas e polêmicas idéias, entre elas o estruturalismo proposto por Jakobson e inspirado na teoria linguística de Ferdinand de Saussure. A psicanálise também seguia a reboque de toda essa situação, salienta Cabas (*in. op. cit.*). A discussão nos meios psicanalíticos girava em torno da prática da análise exercida exclusivamente por médicos ou se profissionais da área humanística poderiam atuar como psicanalistas.

Ainda conforme o autor, formaram-se dois grupos antagônicos: os que eram a favor e os que eram contra ao que chamavam psicanálise leiga (*Laienanalyse*). Era o velho embate entre as ciências naturais e as ciências humanas. A atuação dos profissionais das ciências humanas como psicanalistas se assentava no pressuposto do próprio Freud de que a psicanálise não é um saber, uma ciência, e sim um método. Por esses tempos, a psicanálise havia perdido o seu lastro freudiano e pendeu para a utilização de psicotrópicos e para a via explicativa, assumindo um tom cientificista que visava a encarnar um saber universal, o que fez com que perdesse a sua referência subjetiva. Um saber enciclopédico,

inócuo e sem consequências que, segundo as palavras irônicas de Lacan, citadas por Cabas (*in. op.cit.*), era capaz de comparecer com toda pompa para explicar “eis porque a sua filha é muda”, “ao invés de fazê-la falar”.

Frente a essa situação, Lacan levantou a bandeira pelo retorno dos fundamentos da psicanálise freudiana. E não foi surpresa que “o primeiro passo tenha sido a crítica frontal e sistemática do impulso à objetivação ou da tendência objetivante. A contrapartida foi a insistência em sublinhar o valor que tem a subjetivação e a assunção subjetiva na descoberta freudiana” (CABAS, *in. op. cit.*, p. 101-102).

Num convite à nova psicanálise, Lacan diria em 1953 (1998, p. 285): “A psicanálise desempenhou um papel na direção da subjetividade moderna, e não pode sustentá-lo sem ordená-lo pelo movimento que na ciência o elucida”. Esse movimento seria em direção a uma ciência verdadeira que teria sido aniquilada pelo enaltecimento do positivismo.

O retorno aos fundamentos da psicanálise freudiana que Lacan apregoou, e contrapondo ao enaltecimento positivista, fundamentou-se no estruturalismo, cujo pilar era a linguística saussuriana. Diz Lacan (*in. op. cit.* p. 286): “A lingüística pode servir-nos de guia neste ponto, já que é esse o papel que ela desempenha na vanguarda da antropologia contemporânea, e não poderíamos ficar-lhe indiferentes”. O ponto a que Lacan se refere certamente é a ruptura com o positivismo exacerbado que dominava as ciências naquela época e sua tendência objetivante. Segundo Cabas, o retorno a Freud proposto por Lacan teria sido, antes de tudo, “um projeto de cunho epistêmico forjado para lutar em prol da reintrodução da função do sujeito na elaboração analítica” (CABAS, *in. op. cit.* p. 102).

Esse encontro entre a psicanálise e a ciência da linguagem parece inevitável, um encontro marcado, já que os textos freudianos – *O Chiste e sua relação com o inconsciente* e outros – já trazem uma abordagem da questão do inconsciente em sua relação com a

linguagem. É certo que o encontro da psicanálise com a linguística, ou seja, com a ciência mesmo da linguagem foi promovido por Lacan. Sobre isso, àquela época, disse Foucault (1978) que era preciso ser justo com Freud, atribuindo valor à psicanálise porque ela, segundo Foucault, retomou a loucura ao nível da linguagem, possibilitando um diálogo com a desrazão. Era isso que propunha o novo pensamento científico e filosófico. Um diálogo com a desrazão, onde o sujeito deixa de ser o senhor de qualquer coisa, muito menos da língua, mas antes o seu escravo, aquele que se torna, pela língua, um ser desejante.

A psicanálise como técnica de cura pela fala viu na estrutura da língua (social), que se realiza na fala (individual) e, claro, pelo uso de um sujeito falante, o lugar de uma manifestação ainda mais particular, de um outro sujeito - o do inconsciente. Do inconsciente criado por Freud, lugar das pulsões, e agora, segundo Lacan, lugar da linguagem do Outro, ou melhor, do Outro da linguagem, através do qual o sujeito se constitui como sujeito barrado por essa linguagem e se insere no mundo da cultura. Por isso o aforismo: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”.

Vejamos então neste capítulo, primeiro sobre a relação dual mãe/criança, já que é sobre esta que vai incidir a metáfora paterna em sua função articuladora do desejo à lei, na medida em que proíbe o incesto, estabelecendo um limite ao gozo, para em seguida verificarmos como ocorre a operação simbólica que consiste nessa proibição, trazida por Freud através do mito do Édipo e colocada por Lacan no nível da linguagem, através do significante o Nome-do-Pai.

1.1.1 O Outro Absoluto: provedor de alimentos, amor e palavras

A criança ao nascer já se encontra banhada pela linguagem. A estrutura de linguagem antecede o sujeito, o que pode ser demonstrado pela escolha do seu nome e pelo lugar que lhe é dado na família e no discurso. Esse banho de linguagem é da linguagem que vem do Outro. Esse Outro então é um Outro Absoluto, o que cuida, alimenta, toca, olha e fala com ela. O que media o seu desejo quando diz, por exemplo, “ela quer dormir”. Em geral, quem ocupa esse lugar é a mãe. “É por meio dessa mediação, na qual a mãe ocupa o lugar do Outro Absoluto, provendo a criança de alimentos, amor e palavras, que ocorrerá o acesso ao campo do simbólico”. (RAMIREZ, 2004, p. 93). O acesso ao campo do Simbólico somente ocorrerá quando a metáfora paterna operar. Isso será visto no próximo tópico.

Mas, para entender como opera a metáfora paterna é preciso localizar a fase que antecede essa operação, a fim de detectar o efeito proporcionado pela inscrição no Simbólico, para que percorramos o caminho na direção proposta por este trabalho que é o da demonstração do declínio desse registro e das consequências que isso pode acarretar na contemporaneidade, situando aí a violência.

A fase que antecede a operação simbólica foi denominada por Lacan de estágio do espelho. Esse é um momento da vida psíquica da criança em que ela realiza “uma identificação primordial na sua relação de alienação específica com a mãe”. (RAMIREZ, *in. op. cit.* p. 92). O estágio do espelho então é uma situação com que se depara a criança após o nascimento enquanto portador de uma imaturidade biológica e emocional que a faz dependente dos cuidados de um adulto, em geral a mãe, para mediar o seu desejo.

É uma relação dual, especular, mediada pela imago da mãe e que ocorre em três tempos: no primeiro momento a criança vivencia e se orienta no outro como sendo um

Outro Real de quem tenta se aproximar. “É seu assujeitamento ao registro do imaginário” (RAMIREZ, *in. op. cit.* p. 93). No segundo momento “a criança descobre que o outro no espelho não é um Outro Real, mas uma imagem, o que permite que ela distinga a imagem do Outro da realidade do Outro” (RAMIREZ, *in. op. cit.*). O último momento é a dialetização dos dois momentos anteriores. “Em primeiro lugar, ela já está segura de que o que aparece no espelho é apenas uma imagem e que aquela é a sua imagem”. (RAMIREZ, *in. op. cit.*). O sujeito assume a sua imagem. Nas palavras de Lacan: “Basta compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem...”. (LACAN, 1949/1998, p. 97). Ainda segundo Lacan, essa assunção é jubilatória.

Porém, essa assunção jubilatória da sua imagem não é suficiente para a inserção do sujeito no mundo da cultura, para inseri-lo no pacto simbólico que constitui o laço social. Ele continua no registro Imaginário. “O sujeito precisa simbolizar a legalidade que rege a relação existente entre o objeto, a imagem, o espelho e o sujeito.” (CABAS, *apud* RAMIREZ, *in. op. cit.* p. 94). É preciso, além de tomar posse do seu corpo imagético, apossar-se também do seu corpo simbólico, constituir-se um ser de linguagem. A inserção do sujeito no mundo da linguagem é traumática, pois resulta de um choque contra a própria barreira nomeada pelo significante o Nome-do-Pai.

1.1.2 A adesão ao pacto simbólico

É assim que a criança entra no jogo dos significantes *fort-da*⁴. Para, após a simbolização do Outro primeiro, materno, instituir-se em um mundo onde impera a

⁴ Em *Mais- além do princípio de prazer*, texto de 1920, Freud contou a história do menino do carretel, “[...] uma criança amada pelos pais [...] que nunca chorava quando a mãe se ausentava, mas que adquirira o hábito de brincar com um carretel de madeira atado a um barbante. Ele lançava e tornava a apanhar o carretel

linguagem que submete o desejo de cada um à lei do desejo do Outro. (LACAN, 1957-1958/1999).

Ora, trata-se da conjunção/disjunção dos dois campos presentes na relação dual constituída inicialmente no estágio do espelho - o campo do sujeito e o campo do Outro, sobretudo porque é o Outro que fornece os significantes sob os quais o sujeito irá se constituir. O Outro é o “lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (LACAN, 1964/2008, p. 200). Isso implica em dizer que o ser humano nasce com uma falta primordial que é a falta de encarnação do significante que lhe representa como sujeito no discurso do Outro. O axioma lacaniano estabelece que o significante representa um sujeito para outro significante. Aliás, é justamente na escansão da cadeia de significantes, em função de ao menos dois deles, que se produz o efeito de incógnita, de enigma do lugar do sujeito.

Ora, o que é um significante? [...] um significante é aquilo que representa um sujeito para quem? - não para um outro sujeito, mas para um outro significante. Para ilustrar esse axioma suponha que vocês descobrissem num deserto uma pedra coberta de hieróglifos. Vocês não duvidam nem por um instante que tenha havido um sujeito por trás para inscrevê-los. Mas acreditar que cada significante se dirige a vocês, é um erro – a prova está em que vocês podem nada entender daquilo. Pelo contrário, vocês os definem como significantes pelo fato de estarem certos de que cada um desses significantes se reporta a cada um dos outros. E é disso que se trata na relação do sujeito ao campo do Outro (LACAN, 1964/2008, p. 194).

Esse impacto que ocasiona a adesão ao pacto simbólico da linguagem é também correlato às operações de alienação/separação às quais se referiu Lacan (*in. op. cit.*) para designar o advento do sujeito no campo do Outro. A alienação é uma escolha forçada que designa a captura do sujeito pelo significante.

Para explicar a lógica da alienação à linguagem, Lacan (*in. op. cit.*) busca a lógica de Hegel da entrada do homem na via da escravidão (a liberdade ou a vida?) e utiliza o

gritando “*fort-da*”, expressando assim o sofrimento que lhe causava a perda do objeto e o prazer que tinha em fazê-lo reaparecer”. (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 325-326). O objeto lançado e apanhado de volta simboliza o Outro materno.

exemplo do sujeito que é assaltado. Essa é uma situação onde o sujeito se defronta com uma perda brutal e inevitável através das palavras do assaltante: “a bolsa *ou* a vida!”. É claro que o cidadão irá escolher entregar a bolsa, mas não sem antes enfrentar um dilema e pensar que se escolher a bolsa se dará muito mal, pois irá perder as duas, bolsa e vida, ou seja, *nem um, nem outro*. Isso é diferente do uso *ou* em outras situações, como demonstra Lacan (*in. op. cit.*). Existe a situação do *ou isso, ou aquilo*, é o que Lacan chama de vel exaustivo, ou seja, o sujeito escolhe um ou o outro, o que acarretará num resultado de mudança certamente. Numa segunda situação, essa escolha é feita, mas resulta num *tanto faz*, ou seja, em nada a escolha influenciará. A terceira possibilidade é onde ocorre a alienação, em que a escolha é uma escolha forçada porque, se escolher a bolsa, o resultado é *nenhum dos dois*, como visto acima. Não existe alternativa que não seja se separar, perder a bolsa, e enfrentar a sensação de mutilação e sofrer pela subtração. Mas é a única saída se o sujeito quiser guardar a outra parte, nesse caso, manter-se vivo.

Seguindo essa lógica, a entrada na linguagem é a “escolha forçada” da perda da bolsa, sendo o significante *a bolsa* o que carrega o gozo⁵ perdido, ou seja, a perda de gozo do suposto Objeto natural. Esse é o preço a ser pago para que o filho do homem se constitua um ser de linguagem. Entregar a bolsa contendo decerto a sua economia e se fazer ser de linguagem a partir do campo do Outro que lhe fornecerá o significante pelo qual é capturado, ao qual restará alienado.

Mas, essa entrada na linguagem pelo campo do Outro possui uma segunda operação, denominada por Lacan (*in. op. cit.*) de separação. A separação resulta, como

⁵ “Raramente utilizado por Sigmund Freud, o termo gozo tornou-se um conceito na obra de Jacques Lacan. Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a idéia de uma transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio. O gozo, portanto, participa da perversão, teorizada por Lacan como um dos componentes estruturais do funcionamento psíquico, distinto das perversões sexuais. Posteriormente o gozo foi repensado por Lacan no âmbito de uma teoria da identidade sexual, expressa em fórmulas da sexualização que levaram a distinguir o gozo fálico do gozo feminino (ou gozo dito suplementar).” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 299).

também encerra a “circularidade da relação do sujeito ao Outro” a partir do elemento pertencente aos dois campos – o do sujeito e o do Outro, que é o desejo. O momento em que se produz a separação é o momento em que o sujeito é conduzido por essa dialética.

Diz Lacan (*in. op. cit.* p.209): “uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso”. A criança se questiona sobre o que quer o adulto dela com aquilo que está a lhe dizer: *ele me diz isso, mas o que ele quer?* O desejo do Outro é então questionado pela criança, o que se evidencia na fase dos *por quês*, onde a criança coloca em prova o adulto no que constitui o seu desejo, um *por que será que você me diz isso?* Esse é o enigma do desejo: *Che vuoi?* (LACAN, 1962-63/2005).

Na medida em que retira do ser *a bolsa*, o campo da fala e da linguagem possibilita ao sujeito o acesso ao desfiladeiro significante da vida marcado por uma falta equivalente à perda da bolsa ou à perda de gozo do objeto natural.

O jogo de pares conjunção/disjunção, alienação/separação como introdutório do sujeito no campo do Outro da linguagem foi antecipado por Freud, conforme observação de Lacan (1953/1998), no jogo de ocultação (presença/ausência) que a criança realiza para dominar sua privação através dos significantes *fort/da*. No jogo desses significantes demonstrado por Freud, este teria intuitivamente colocado a questão do surgimento do desejo como correlata à entrada da criança no mundo simbólico da linguagem.

O que ocorre no jogo do *fort/da* é uma metáfora duplicada em outra metáfora. A primeira metáfora é a do aparecimento e desaparecimento do carretel jogado pelo menino simbolizando a ausência/presença da mãe. E em seguida ocorre uma duplicação dessa metáfora pela introdução do par significante *fort/da*, representando a ausência/presença já simbolizada pelo aparecimento e desaparecimento do carretel.

Inaugura-se pela própria linguagem a dialética da presença e da ausência. Por meio da palavra, a coisa é presentificada em sua ausência, a própria palavra, ou qualquer signo que venha substituí-la, tem que estar imediatamente presente,

mas também, se ousamos dizê-lo, ausente de sua presença (Waelhens, 1982 apud RAMIREZ, 2004).

Através desse movimento, não só se observa a renúncia ao desejo da mãe quando é a criança que a repele, jogando o carretel e dominando a situação, como o apelo e a provocação do retorno reconduzem a criança a seu desejo. Inaugura-se a dialética do desejo na vida do sujeito.

1.1.3 O Nome-do-Pai: a articulação do desejo à lei

Na releitura de Freud, com o propósito de desenvolver o axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, Lacan não recorreu somente à lingüística saussuriana. Apenas o conceito de significante não pareceu suficiente para sustentar o axioma por ele difundido. Lacan desenvolve, então, em 1957, na conferência *A instância da letra no inconsciente*, outros dois conceitos tendo como base os estudos de Jakobson sobre as afasias. Foram os conceitos de metáfora e de metonímia.

Jakobson (1995) estudou a afasia, considerada uma perturbação da linguagem que provoca uma ruptura na comunicação, e destacou dois movimentos de linguagem realizados pelo ser falante que se encontram prejudicados nas diferentes espécies de afasias. O primeiro está relacionado com a *similaridade*, e diz respeito à seleção das unidades linguísticas no eixo paradigmático, ou seja, a escolha de determinada palavra em detrimento de outras tantas, infinitas, pertencentes a esse eixo. O segundo diz respeito à *contiguidade*, a combinação dessas mesmas unidades linguísticas no sintagma.

Em seus estudos, Jakobson (*in. op. cit.*) observou que existem casos onde os sujeitos afásicos apresentam dificuldade em realizar o primeiro movimento, e em outros casos a dificuldade se apresenta no segundo movimento, o que gerou dois tipos diferentes de afasias, as quais ele denominou de *distúrbio da similaridade* e *distúrbio da*

contiguidade. Utilizando os termos da retórica, sublinhou que a atividade seletiva da linguagem não é outra coisa senão o exercício da metaforização e que a atividade de contigüidade é idêntica ao processo metonímico. Os sujeitos que apresentam distúrbio da similaridade demonstram que a sua capacidade de seleção se encontra afetada e passam a empregar mais a contiguidade na sua elaboração linguística. “Das figuras polares de estilo, a metáfora e a metonímia, esta última, baseada na contiguidade, é muito empregada pelos afásicos cujas capacidades de seleção foram afetadas”. (JAKOBSON, *in. op. cit.* p. 49). Por outro lado, quando o contexto se desagrega, ou seja, a contiguidade, as operações de seleção prosseguem, e “O doente limitado ao grupo de substituição (quando o contexto é falho) usa as similitudes, e suas identificações aproximadas são de natureza metafórica, em oposição às identificações metonímicas familiares aos afásicos do grupo oposto.” (JAKOBSON, *in. op. cit.* p.52).

Lacan, em 1955-56, em *O Seminário 3*, e depois, em 1957 no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, traduziu esses dois movimentos de linguagem realizados pelo ser falante como o deslizamento do significado sob o significante. Assim, existem duas vertentes da incidência do significante sobre o significado, segundo ele: a primeira é uma condensação ou superposição dos significantes, enquanto a outra se assemelha a uma mudança de significação, designando um deslocamento. Observou ainda que esses dois processos se encontram no funcionamento do sonho descrito por Freud, situando a condensação na atividade metafórica e o deslocamento na atividade metonímica.

Então, é com base nos estudos linguísticos de Jakobson que Lacan relaciona a noção freudiana de condensação ao conceito de metáfora e o de deslocamento ao conceito de metonímia.

A atividade metafórica exercida pelo significante na psicanálise lacaniana é a substituição do primeiro significante, o significante materno (falo), fornecido à criança pelo Outro da relação dual, por outro significante ao qual Lacan denominou de Nome-do-Pai ou metáfora paterna. Essa substituição inscreve definitivamente a criança na ordem do simbólico e ocorre a partir da dialética edipiana que se funda nos três tempos do Édipo. É uma operação de linguagem correlata à operação realizada no inconsciente, explicada por Freud através do mito do Édipo e do complexo de castração, através do qual o infante renuncia a posição de objeto do desejo da mãe, reconhecendo no pai o possuidor desse objeto, estabelecendo assim a lei universal da proibição do incesto. “Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai.” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 171).

Nas palavras de Lacan (*in. op. cit.* p. 166): “A metáfora paterna, pois, concerne à função do pai, como se diria em termos de relações inter-humanas”. É então uma função reguladora da pulsão sexual infantil necessária para a estruturação do sujeito e que Lacan considera se tratar da proibição do pai em relação à pulsão real. A inscrição no Simbólico via metáfora paterna é a assunção da castração pelo sujeito.

No seminário anterior, de 1956-57, intitulado *A relação de objeto*, Lacan dedicou a segunda parte, ao caso do pequeno Hans⁶. Opondo-se à escola de psicanálise inglesa (Melanie Klein, Anna Freud e Winnicott), que preconizava a necessidade da “mãe suficientemente boa”, ele diria que a mãe suficientemente boa é aquela que falta. Para Lacan (*in. op. cit.*), a fobia de Hans era menos por medo do pai, como acreditava Freud, do

⁶ O caso do Pequeno Hans é considerado um dos grandes casos da história da psicanálise e a primeira análise de uma criança. Analisado por Freud sob a condução de Marx Graf, seu pai, Hans, com apenas cinco anos, se torna a confirmação da tese de Freud sobre a sexualidade infantil. Acompanhando o seu desenvolvimento Freud observa o surgimento da angústia de castração que em busca de encontrar um objeto substituto se constitui em material fóbico. Hans inicialmente apresenta fobia a cavalos e posteriormente essa fobia retorna se estendendo a animais grandes como girafas, elefantes e pelicanos. O caso é publicado em 1909 sob o título *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*.

que por pavor de ser “devorado” pela mãe. Dessa forma, para ultrapassar a fobia era preciso a intervenção do Pai real (Marx Graf, o pai do menino), apoiada pelo Pai simbólico (no caso, Freud), separando o menino da mãe, o que iria garantir o seu avanço do Imaginário para o Simbólico. É essa a função do pai. Uma função limitadora, função de lei que garante à criança a possibilidade de sair da relação dual e devastadora com o Outro materno.

A proibição realizada pelo pai ocorre em três níveis, segundo Lacan (1957-58/1999), a saber: castração, frustração e privação, estabelecendo relações entre as três instâncias: Real, Simbólico e Imaginário (RSI). A *castração* (R.i.) é o *ato simbólico* cujo *agente é real* (pai) e o *objeto é imaginário* (falo); a *frustração* (S.r.) é o *ato imaginário* cujo *agente é simbólico* (pai) e o *objeto é real* (a mãe, na medida em que a criança necessita dela). Aqui o pai proíbe a mãe, frustrando o filho da posse dela e intervêm como o detentor de um direito. Esse é o momento da rivalização. O terceiro nível é o da *privação* (I.s.), que é o *ato real* cujo *agente é imaginário* (pai) e o *objeto é simbólico* (falo)⁷. Aqui o pai diz: “você não é o falo da sua mãe, sou eu que tenho o falo. Você pode ter, mas não agora”. É o momento da identificação, onde o pai se faz preferir no lugar da mãe.

Através dessa operação simbólica se pressupõe que a criança renuncia à identificação primordial de ser o falo para a posição de ter o falo quando deixa de ser o objeto que satisfaz o desejo do Outro, podendo assim dirigir o seu desejo para objetos que deverão substituir o objeto perdido. Assim, segundo Ramirez (2004, p.98), “É por meio da metáfora paterna e de seu mecanismo fundamental, o recalque originário, que a criança efetuará uma substituição significativa, colocando um novo no lugar do significante

⁷ Lacan reatualizou o termo *falo* afastando-o ao máximo possível da sua concepção biológica que o referia ao órgão sexual masculino. Deu ao termo uma conotação simbólica, considerando-o um atributo divino, inacessível ao homem, e não o órgão do prazer ou da soberania viril. “Lacan fez dele, a partir de julho de 1956, o próprio significante do desejo, aplicando-lhe uma maiúscula e o evocando, antes de mais nada, como o “falo imaginário”, e depois como o “falo da mãe”, antes de passar finalmente à ideia de “falo simbólico”. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 221)

originário do desejo da mãe.” O significante originário, então, na medida em que ocorre a substituição pelo novo significante, é recalcado, passando para o inconsciente: “o que permite de fato à criança efetivar a renúncia ao objeto inaugural de desejo, tornando inconsciente o que antes o significava”. (RAMIREZ, *in. op. cit.* p. 98).

Sublinha Ramirez (*in. op. cit.* p.97) que todo esse processo de simbolização, ou seja, de substituição metafórica ocorre “sob o domínio da ausência, conforme a referência freudiana do *fort-da*”, já referido anteriormente.

Ao atribuir as ausências da mãe ao pai, processo no qual ocorre uma associação significativa (mãe ausente = presente junto ao pai), a criança estará nomeando o pai, primeiro como um objeto fálico rival e depois como aquele que detém o falo. A partir daí, o que ocorre é uma elaboração da relação significante em que a criança pode designar e nomear a causa das ausências da mãe, invocando a referência do pai. Dito de outra maneira, ela estará nomeando o pai por aquilo que ela supõe ser o desejo da mãe. Ela associa o novo significante nome-do-pai (S2) ao significante falo (S1). A entrada do significante nome-do-pai substituindo o significante falo fará com que o falo se torne inconsciente (RAMIREZ, *in. op. cit.* p. 98).

É possível verificar a correlação existente entre a inscrição do Nome-do-Pai e a passagem pelos três tempos do Complexo de Édipo freudiano. Aliás, nas palavras do próprio Lacan (1957-1958/1999, p. 166): “A função do pai tem seu lugar bastante grande, na história da análise. Está no centro da questão do Édipo, e é aí que vocês a veem presentificada”.

O Capítulo X do *Seminário 5* (LACAN, 1957-1958/1999) é dedicado aos três tempos do Édipo, introduzindo ali a importância da função do Nome-do-Pai como o significante “mediador daquilo que está para além da lei dela”(da mãe) “e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente a lei como tal”. (*in. op. cit.*, p. 197). Ou, seja, a lei do pai como mediadora do desejo da mãe/criança. O que se observa no primeiro tempo do Édipo, segundo Lacan (*in. op. cit.*) é que “O que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é *to be or not to be* o objeto de desejo da mãe.” Diz ele que se trata da etapa fálica primitiva, onde o sujeito se identifica especularmente com o que é

objeto do desejo de sua mãe. Nessa fase, segundo Lacan (*in. op. cit.*), o sujeito se mantém numa posição de assujeitamento que é fonte de angústia e fobia (como na fobia de Hans). No segundo tempo ocorre a demanda que é transmitida ao Outro agora tem que ser submetida a um terceiro, ou seja, a uma outra lei que não é a lei da mãe (LACAN, *in. op. cit.*).

Esse é o estádio, digamos, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 199).

É no fato de a demanda ser remetida a uma lei que não é mais a da mãe, mas a de um Outro soberanamente possuidor do objeto de desejo dela que é fornecida, para Lacan, a chave do Édipo, pois aí se verifica não uma relação com o pai, mas com a palavra do pai. Esse é o estádio da onipotência paterna, do pai que é a lei que priva.

No terceiro tempo do Édipo, o pai de onipotente passa ao pai potente, já que não é apenas aquele que priva o filho de ser ou de ter o falo, mas é aquele que tem e que pode dar a mãe, esse que é o seu objeto de desejo. Por isso a relação da mãe com o pai retorna ao plano real (se encontrava na etapa anterior no plano imaginário) e a identificação com a instância paterna pode ser realizada. Essa identificação é chamada de *Ideal do eu*. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina.” (LACAN, *in. op. cit.*, p. 201).

Assim, “A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos esperar de uma metáfora - leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde”. (LACAN, *in. op. cit.*, p. 201). O que fica guardado no menino é o título do direito à

virilidade, adquirido com o desfecho do Complexo de Édipo. Quanto à menina, lembra Lacan no texto citado acima, esta, por não fazer essa identificação, não precisa guardar o título, busca aquele que, como o pai, o detém.

Para Ramirez (*in. op. cit.*, p. 99): “Então pode-se dizer que o pai, na constituição do desejo, inscreve o falo no campo do Outro, dando um basta ao incestuoso, ao transbordamento de gozo”. O Nome-do-Pai é então o significante que tem essa função: a função de ponto de basta.

CAPÍTULO 2

O DECLÍNIO DO NOME-DO-PAI

“De Deus que existe...” (Descartes)
ao “Outro que não existe...” (Miller)

2.1 QUESTÕES SOBRE A AUTORIDADE PATERNA

Até agora foi vista a constituição do sujeito como um ser de linguagem quando este ingressa na dialética do desejo, atravessado pelo registro Imaginário e pelo registro Simbólico que é inscrito a partir do mito do Édipo elaborado por Freud, chegando à construção lacaniana da metáfora paterna através da qual a psicanálise demonstra que o sujeito, na sua constituição inicial, é tomado por uma pulsão natural dirigida à mãe desejante como seu primeiro objeto de desejo, pulsão essa que precisa ser controlada pela lei do pai, quando ocorre a entrada definitiva do sujeito na cultura.

Lacan (1957-58/1999), no *Seminário 5*, como visto, retoma a estrutura do Édipo elaborada por Freud e faz sua releitura a partir do estruturalismo da linguística, do que surge a noção do pai como um significante, como portador de uma função castradora, à semelhança do pai em Freud, opondo ao significante do desejo (materno) o significante da lei (paterno).

Ambas as construções são simbólicas, e a noção da substituição significante demonstrada por Lacan já estivera anteriormente implícita na constituição edípica freudiana quando Freud considerou que o laço paterno fundado na fé e na lei substituiria o

laço materno fundado numa carnalidade manifesta em prol de um avanço do homem em direção à civilização.

A metáfora paterna traduz a interdição realizada no Complexo de Édipo como uma transição, em seus três tempos, da subordinação do sujeito à dimensão imaginária que é da ordem do campo erótico-agressivo à organização simbólica, campo da relação da palavra, da nomeação do desejo.

Porém, sua condição normatizante somente se realizará se o próprio pai estiver submetido à simbolização, ou seja, ele deve ser anulado no plano da imagem, da presença. Deve ser um pai morto, reduzido à operacionalidade de um nome.

Na hipermodernidade, termo introduzido por Miller, o Nome-do-Pai, que opera nessa ausência, pela mediação do discurso da mãe e através do qual o sujeito incorpora sua instância proibidora, vem sofrendo um declínio significativo.

Acontece que, na chamada hipermodernidade, o que se encontra em evidência é o *sujeito de direito*, aquele do “eu mereço”, o que deve ter direitos e acesso a “tudo”, o que na psicanálise corresponde a um momento de ascensão do *objeto a*⁸. Claro que isso constitui um avanço em termos de garantias individuais, mas por outro lado se efetua um processo de desinstitucionalização e des-hierarquização, afrouxando os laços sociais e enaltecendo o individual em prol do universal, porém, de forma desestabilizante.

Como consequência, e não poderia ser de outro modo, a lei do pai entra nessa derrocada, já que é a lei universal (para todos) e simbólica da interdição do incesto. Aliás, não apenas da proibição do incesto como de outro imperativo categórico difundido pela religião e constante da legislação penal que é “não matarás”.

⁸ Termo introduzido por Jacques Lacan, em 1960, para designar o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele a ponto de ser não representável, ou de se tornar um “resto” não simbolizável. Nessas condições ele aparece apenas como uma “falha-a-ser”, ou então de forma fragmentada, através de quatro objetos parciais desligados do corpo: o seio, objeto da sucção, as fezes (matéria fecal), objeto da excreção, e a voz e o olhar, objetos do próprio desejo. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 551)

A questão, porém, é que o que se entende devesse ser uma conquista de direitos subjetivos, de direito de recapturação do gozo passa a ser um empuxo ao gozo. Talvez porque essa oposição, criada pela relação edípica, gozo-lei, a psicanálise demonstra, acaba por não ser uma relação estabilizadora como parece na medida em que obriga o sujeito, ao invés de saber o que fazer com o gozo, a ter que escolher entre ser do lado da lei, submetendo-se à perda de gozo na proporção estabelecida por ela, ou “um fora da lei” e gozar sem limites.

O que fazer para que o sujeito tenha o direito de acesso ao gozo sem transformá-lo em um objeto mercadológico e para que encontre o seu próprio limite, já que existe a constatação de que a ordem simbólica que tem a função limitadora, fundada no significante o Nome-do-Pai está em declínio, conforme declara a psicanálise lacaniana? Essa é uma questão que deve ser também de interesse da linguística, pois dá margem a um questionamento acerca da transmissão da lei simbólica através do significante o Nome-do-Pai, o que é da ordem da linguagem. O que tem inviabilizado essa transmissão na contemporaneidade? E o que isso implica na constituição do sujeito contemporâneo? Quais são os efeitos dessa dificuldade de transmissão da lei simbólica que culmina com o seu declínio? Novos sintomas, como anorexia, toxicomania, violência?

Parece até paradoxal que em uma sociedade onde a comunicação está cada vez mais veloz e que dispõe de meios tão diversificados para se realizar haja dificuldade na ordem da transmissão. Isso é mais uma constatação de que a língua não é um mero meio de comunicação, precisa atender a algo que é da ordem de uma transmissão do furo, de uma falta, uma impossibilidade para garantir ao homem sua permanência no estado de cultura, sob pena de um retorno a um estado de barbárie onde impera a banalidade do mal na forma como coloca Hannah Arendt (1983). O mal como uma tragédia das sociedades onde o homem atua sob ordens, obedece cegamente e é incapaz de pensar por si mesmo, a quem

Arendt chama de *homem supérfluo*, ou seja, aquele em que o pensamento é ausente e que constitui uma expressão humana opaca. “[...] nessa rarefação das consciências aparece a tragédia...” (SOUKI, 2006, p.11). Onde o pensamento é ausente e não há dialetização, o ser é puro gozo, ou ser de gozo porque escapa a toda articulação significativa. Essas questões com o gozo e o mal estar atual que acabam por promover os novos sintomas, entre eles a violência, serão retomadas no Capítulo III do presente trabalho.

Vejamos agora, após a investigação da elaboração teórica de Lacan acerca da metáfora paterna, o estatuto do pai na teoria freudiana e no ensino de Lacan com o propósito de pensar a incidência do declínio da função paterna sobre a violência, já que esta se constitui na prática pelo sujeito de um ato que o coloca em conflito com a lei, tratando-se, pois, de um ato de transgressão. Pensando em Freud, transgressão de uma lei universal que proíbe o acesso ao gozo. Também pensando assim em Lacan, só que indo mais além. Indo mais além no sentido de que “podemos observar que Lacan quer, para além da proibição, buscar uma relação de impossibilidade” (DRUMMOND, 2001, p. 36).

2.1.1 O pai em Freud e o pai em Lacan

Algumas considerações acerca do estatuto que tem o pai na obra de Freud e também no ensino de Lacan se fazem necessárias para a compreensão do declínio da autoridade paterna e dos efeitos proporcionados por esse fato sobre os sujeitos na contemporaneidade, a partir da perspectiva do surgimento na clínica psicanalítica dos chamados novos sintomas, dentre os quais consideramos incluída a violência, assim como também da possibilidade de se pensar a violência como um ato de transgressão à lei e que por isso envolve questões de autoridade, hierarquia, enfim, de ordem pública.

Como se sabe, em Freud o “pai é a origem”. Os mitos de *Totem e Tabu* [1912-1913 (1996)] e do Complexo de Édipo situam o lugar nodular que tem o pai na constituição do sujeito e na formação da estrutura neurótica. O pai em Freud está encarnado no Édipo, é a causa do recalque e também o responsável pela ameaça de castração.

O texto freudiano *Totem e Tabu* (in. op. cit.) conta da origem, do pai morto, da comunidade primeva e do contrato social. O macho dominante submetia todos os seus filhos e usufruía das fêmeas da tribo com exclusividade. Pela lei da natureza um dos filhos deveria vencer o pai através de um confronto individual e assumir o seu lugar. Porém, os filhos resolveram conspirar contra essa dominação, matar o pai e em seguida comê-lo. Depois de comer o pai, os filhos se arrependem e, movidos pela culpa, erigem um totem em homenagem ao pai morto e passam a instituir proibições para si mesmos. Dessa associação surge o primeiro contrato social, originando a primeira comunidade humana. Isso quer dizer que somente após o excesso cometido, ou seja, o cometimento do ato criminoso, é que foi possível a inscrição dos filhos na ordem simbólica. Sendo assim, com o mito de *Totem e Tabu*, Freud descreve um ato fundador. Não existe um antes. O próprio pai não existe a não ser a partir do momento em que é morto. Daí a dedução de que o pai é uma função e de que é o assassinato do pai da horda que instaura a função paterna que estabelece a renúncia ao gozo e o advento do sujeito à lei simbólica, à lei da interdição do incesto, ou seja, às leis da exogamia, do supereu, entendido na obra freudiana como a instância crítica e moral da subjetividade que estaria no centro do funcionamento da cultura. Assim, na obra de Freud a culpa está estreitamente ligada à lei do pai. Para Freud, quanto mais pai, mais culpa.

Em Lacan, como visto, houve uma releitura de Freud e a transposição do mito do Édipo para o nível da linguagem, via linguística. Com a metáfora paterna Lacan indica

uma operação que se situa na linguagem e não no pai. O pai da metáfora paterna não é o pai encarnado, é o pai morto, é uma função universal que não requer que um pai a encarne.

A partir da introdução do pai como um efeito de linguagem, algo que é da ordem da transmissão de um dizer, Lacan aponta como agente da castração o pai real. Esse pai real não tem nada a ver com a realidade que Freud quis atribuir ao mito do Édipo e ao acontecimento do assassinato do pai em *Totem e Tabu*. O pai real é o pai impossível, pois desde a origem o pai é castrado, ou seja, o que o pai transmite é a própria castração que tenta recobrir.

Em seu *Seminário 17*, Lacan critica o fato de Freud ter insistido que o assassinato do pai teria acontecido realmente:

Freud (...) ele faz muita questão de que isso tenha acontecido efetivamente, essa história danada do assassinato do pai da horda, essa palhaçada darwiniana. O pai da horda – como se tivesse havido em algum momento o menor rastro do pai da horda. Viu-se orangotangos. Mas, do pai da horda humana, jamais se viu o menor rastro. (LACAN, 1969-1970/1992, p. 105).

Para Lacan, Freud escreveu *Totem e Tabu* para insistir na ideia da origem, de que foi ali que tudo começou. O interesse de Lacan pelo texto freudiano diz respeito à questão do mito e ao que esse mito tenta recobrir, ou seja, a castração. E se desde a origem o pai está castrado, logicamente, a castração não pode ter a sua origem no pai, e por isso Lacan define a castração como uma operação real introduzida pelo significante e que determina o pai como um real impossível.

Assim, sendo o pai um efeito de linguagem, o resultado da introdução do seu nome é a causa do desejo e funciona então como pura função lógica que é a estrutura do complexo de castração. A linguagem, portanto, comporta a operação da castração e promove a perda de gozo da qual algo irá restar. Um resto inominável que Lacan escreve como o objeto *a*.

A pretensão de Lacan com a sua formalização do mito do Édipo como estrutura lógica, atribuindo ao significante mestre um estatuto de função dentro da operação simbólica não foi a de desmontar o pai freudiano, atribuindo-lhe um cunho de falácia, mas localizar na abordagem freudiana o impossível ligado à transmissão paterna, algo da instância do Real, do que a linguagem não dá conta, do que resta da operação simbólica do Nome-do-Pai.

No *Seminário 17*, Lacan (1992/1969-1970) coloca a morte do pai como a chave do gozo do objeto supremo identificado à mãe desejada incestuosamente, e diz que é no mito do Édipo que está a chave desse gozo. Assim, Lacan elabora uma equivalência entre o pai morto e o gozo: “Que o pai morto seja o gozo, isso é apresentado a nós como sinal do próprio impossível. (...) o real é impossível (...) - escolha lógico, daquilo que, do simbólico, se enuncia como impossível. É daí que surge o real” (LACAN, *in. op. cit.*, p. 130).

Ainda no *Seminário 17*, Lacan (*in. op. cit.*, p. 127-128) coloca a castração como sendo da ordem de uma transmissão, ou seja, aquilo que se transmite de pai para filho e “Se a castração é o que atinge o filho, não será também o que faz aceder pela via justa ao que corresponde a função do pai? (...). E não é isso que mostra que é de pai para filho que a castração se transmite?”. Logo, o mito da morte do pai que está na origem do processo de castração na verdade é o recobrimento da questão e o que o pai transmite ao filho é o próprio furo, o limite, a impossibilidade do gozo pleno, absoluto.

É possível então dizer que, na contemporaneidade, o declínio da função paterna pode ser visto também como o declínio do que é da ordem dessa transmissão, da transmissão do furo, do limite e da impossibilidade do gozo pleno.

Lacan elaborou um percurso teórico que vai do Pai Universal da religião, da origem (*Totem de Tabu*) e do mito (*Complexo de Édipo*) freudiano, ao que corresponde o Nome-

do-Pai, e caminhou na sua formulação teórica ao encontro do que se chamou pluralização do Nome-do-Pai, quando teve início, efetivamente, a psicanálise lacaniana.

Esse momento, considerado efetivamente o início da psicanálise lacaniana, visto que é nele que Lacan caminha na sua formulação teórica para além de Freud, é o momento do seu último ensino, o da construção da *clínica dos nós* proposta no *Seminário 22 - R S I*, ainda inédito, onde os registros do Real, Simbólico e Imaginário se entrelaçam na forma do nó borromeano, constituindo o Real o ponto de partida do movimento (e não mais o Simbólico), já que o Real na concepção lacaniana *é*, já está posto.

Existem três suposições. A primeira, ou melhor, uma delas, pois já é demais pôr ordem nisso, por mais arbitrária que seja, *é* que *há*: proposição tética que tem por conteúdo sua própria posição – um gesto de corte, sem o qual não há nada que exista. Chamaremos isso de real ou R. Outra suposição dita simbólica ou S, *é* que *há alíngua*, suposição sem a qual nada, e singularmente nenhuma suposição poderia ser dita. Uma outra suposição, enfim, *é* que *há semelhante*, na qual se institui tudo o que constitui laço: *é* o imaginário ou I (MILNER, 2006, p. 7).

Segundo Alvarenga (2005), Lacan toma o pai em sua versão desejante, ou seja, no que ele chamou de “*père-version*”. Nesse momento não há mais *O Nome*, mas *Um Nome*, numa proposta de construção da pluralização do Nome, ou de *um nome para cada um*. Isso porque Lacan conclui que não existe o Nome do Nome, ou seja, o pai da origem é uma invenção. Assim, a função do pai é a função do sintoma. Lacan, em *RSI*, ao se referir ao seminário *Os Nomes-do-Pai*, apenas iniciado em 1963, diz: “Se intitulei este Seminário os – e não o – Nomes-do-Pai, *é* que eu já tinha certas ideias da suplência do Nome-do-Pai” (*apud* ALVARENGA, *in. op. cit.* p. 18).

Sobre a pluralização do Nome-do-Pai comentam Laurent e Miller (2005) no seminário *El Outro que no existe y sus comités de ética*:

A morte de Deus é contemporânea ao que se estabeleceu em psicanálise como reino do Nome-do-Pai, que se aproxima por definição ao significante do Outro que existe. O reino do Nome-do-Pai corresponde em psicanálise à época freudiana. Se Lacan se interessou por ele, atualizando-o e formalizando-o, não foi por adesão, para dar-lhe continuidade, mas para lhe por um fim, o que ensinou com o matema S(A) (significante do Outro dividido) e que explodiu

quando ele apresentou *os nomes do pai*, leitura que pluraliza o Nome-do-Pai (MILLER; LAURENT, 2005, p. 10).⁹

O pai que em Freud encarnava a lei que proibia o acesso ao gozo e ao qual correspondeu o Nome-do-Pai na atualização realizada por Lacan, trazendo o mito para a linguagem e cuja função é a articulação do desejo à lei estava ligado à predominância da crença no Outro. O Outro da linguagem, o mestre do discurso, ou seja, ligado à posição ocupada pelo significante mestre (S1) em relação ao saber (S2). Os sintomas descritos por Freud eram uma resposta a um discurso social onde imperava o pai na posição de mestre operando sobre o saber. Essa era a forma de discurso que predominava e que estabelecia o laço social. O declínio do Nome-do-Pai se encontra intimamente ligado à inversão na ordem do discurso. O significante mestre já não ocupa a posição de agente em relação ao saber, houve uma inversão nas posições ocupadas por S1 e S2. Isso obriga a que se pense os sintomas atuais, entre eles a violência, a partir dessa nova ordem discursiva, onde o Outro, o mestre, já não ocupa o lugar de agente. O lugar de agente é ocupado primeiramente pelo S2 (o saber) no discurso do universitário, e depois pelo \$ (sujeito dividido) no discurso capitalista.

O declínio do Nome-do-Pai é signo da contemporaneidade em virtude da ocorrência de um giro no discurso predominante. O pai que mandava era o pai indicado no discurso do mestre. Segundo Freud (*apud* GREISER, 2008, p.33), as figuras sociais que encarnam a lei, como juízes, professores, “são sub-rogados do pai (...) São figuras que encarnam a autoridade do mestre, pelo que Lacan adverte acerca do declínio dessa autoridade e junto a ela o aumento dos crimes a nível social, quando a ordem paterna é substituída por outra ordem, chamada ordem de ferro”.

2.1.2 A inversão no discurso e o declínio do Nome-do-Pai

O declínio da ordem simbólica na contemporaneidade foi visto ao final do tópico anterior. Neste tópico, pretendemos demonstrar que o declínio do Simbólico está intimamente ligado à inversão ocorrida no discurso responsável pelo laço social.

Foi no *Seminário 17, - O avesso da psicanálise* (1969-1970/1992), através da teoria dos discursos que Lacan formalizou o perfil do novo senhor e da introdução de uma nova ordem, para não dizer nova autoridade. Quando Lacan apresentou esse seminário, ainda reverberavam na França os ecos da agitação política de Maio de 68, e em duas ocasiões sua fala foi interrompida por manifestações. Não é fortuito, portanto, que neste seminário tenha sido proposto o esquema dos quatro discursos – do mestre, do universitário, da histérica e do analista. Foi uma ambiciosa iniciativa de Lacan numa proposta de reflexão sobre o social. Lacan entende como discurso o lugar no qual é possível evidenciar que o homem está submetido à linguagem, uma vez que está assujeitado aos efeitos do significante. É o discurso o responsável pela formação do laço social, representando, portanto, a forma como o laço social é constituído. Vale salientar, aponta Castro (2009), que a teoria dos discursos, ao contrário do que se pode pensar, não tem o propósito de fornecer uma chave para a interpretação da história, não postulando uma correspondência entre um discurso e uma época, tampouco a recíproca. Mas, segundo o autor: “é perfeitamente possível associar determinados fenômenos históricos a determinados discursos, e também conceber mudanças de hegemonia entre os discursos.” (CASTRO, *in. op. cit.* p. 3).

No mesmo trabalho, Lacan formula o esquema das quatro formas discursivas diferentes, já mencionadas, inscritas sob uma estrutura básica mínima. Nessa estrutura

básica mínima um agente, embasado numa verdade, agirá sobre um outro para obter uma produção. Eis o esquema básico dos discursos:

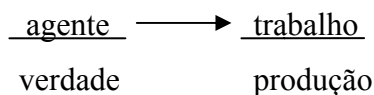


Figura 01 – Estrutura mínima dos discursos. (LACAN 1969-1970/1992, p. 179).

É nessas posições que Lacan faz girar as quatro letras: S1, S2, \$ e *a* que correspondem respectivamente ao *significante-mestre*, o *saber*, o *sujeito dividido* e o *mais-de-gozar*. Dependendo da ordem em que se encontrem posicionadas as letras dentro do esquema, que se movimentam por um quarto de giro, será identificado o discurso predominante, responsável pela formação do laço social. Lacan orienta sua escritura dos discursos com cinco vetores, o que não aparece no Seminário 17, somente aparecendo posteriormente em seu Seminário, livro 19, o saber do psicanalista (1971-1972, inédito). Assim se formam os quatro discursos (LACAN, 1971-1972, *apud* SILVA JR., 2007, p. 139).

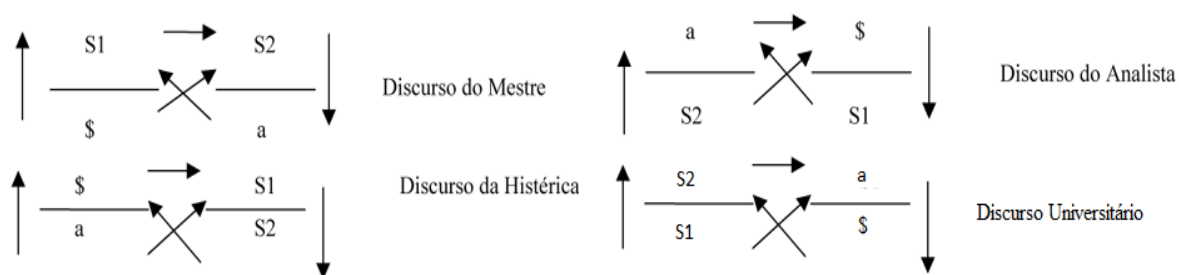


Figura 02 – Os quatro discursos.

Cada uma das formas discursivas situa diferentes domínios que distinguem a autoridade em questão. O reino do Nome-do-Pai está situado no discurso do mestre, que é o discurso do inconsciente. Nesse discurso é cumprida a função de interdição marcada pela barreira de impossibilidade entre o sujeito e o objeto. A autoridade é encarnada pelo significante mestre que comanda o saber.

Já no discurso universitário, ocorre a inversão do discurso do mestre. Agora não é mais o S1 que comanda o saber, como ocorria no discurso do mestre, quem encarna a autoridade com essa inversão é alguém que se identifica a um saber (S2) e se dirige a um objeto (*a*). Este é o senhor moderno.

Greiser (2008, p. 33) levanta algumas questões referentes à inversão na ordem do discurso. A autora questiona se é possível dizer que no discurso universitário se tem uma nova autoridade e como situar ali uma nova autoridade se não se trata de um laço estabelecido entre dois sujeitos. O domínio do saber, segundo a autora, bem pode ser constituído por um saber anônimo que se dirige a um sujeito que pode se encontrar na posição de objeto para que seja aplicado sobre ele não o rigor da lei, mas o rigor de um saber a ser avaliado.

Ainda segundo a autora, para que a lei seja operante o significante mestre (S1) deve ocupar o lugar de agente de um discurso porque é dessa posição que se comanda o laço. Juan Carlos Indart, citado por Greiser (*in. op. cit.* p. 33), indica o lugar de inoperância em que se encontra a lei no discurso universitário: “A lei está no lugar da verdade, ou seja, em um lugar inoperante, no qual se encontra separada do sujeito por uma barreira intransponível”.⁹ Acontece que essa inoperância da lei não ocorre porque ela é desconhecida ou não é compreendida, tampouco pela forclusão do Nome-do-Pai no sujeito transgressor, ou que esse sujeito tenha uma estrutura perversa ou que seja um débil considerado inimputável pela legislação penal. A inoperância é de outra ordem, a lei é inoperante apenas porque não cumpre sua função limitadora, o que ocorre pela inversão na ordem do discurso, já que o significante mestre está fora do seu lugar de comando, ou seja, não opera mais sobre o saber (S2). O comando não é mais exercido por um sujeito que em

⁹ Tradução livre do texto: “La ley está en el lugar de la verdad, es decir, en un lugar inoperante, respecto de la cual el sujeto está separado por una barrera infranqueable”.

posição de mestre encarna um desejo e o articula à lei. No comando agora se encontra o saber anônimo que não transmite desejo algum.

O discurso universitário não está restrito aos estudantes, mas é um discurso de massa, o discurso moderno que circula em todo meio social através, principalmente dos meios de comunicação de massa. É um discurso que promove a ditadura de um saber que opera sobre um sujeito que é colocado na posição de objeto. A barreira da impossibilidade que sustenta a castração não se encontra entre o sujeito e o objeto, posto que o próprio sujeito é um objeto. A barreira da impossibilidade, que pode ser observada no gráfico do discurso universitário, encontra-se situada entre o sujeito e o significante mestre.

Ainda no *Seminário 17* Lacan (*in. op. cit.*) relaciona o advento do capitalismo à passagem do senhor antigo, representado pelo discurso do mestre, para o senhor moderno, representado pelo discurso universitário, e anuncia o que posteriormente irá atribuir um lugar especial, falando sobre ele em sua *Conferência em Milão*, em maio de 1972 (inédito), *o discurso do capitalista*. Assim anunciou Lacan: “Não se esperou que o discurso do senhor estivesse plenamente desenvolvido para mostrar-se seu sentido último no discurso do capitalista, com sua curiosa copulação com o discurso da ciência” (LACAN, *apud* CASTRO, *in. op. cit.* p. 3). Eis o gráfico do discurso do capitalista (LACAN, 1972, *apud* SILVA JR., 2007, p. 139).

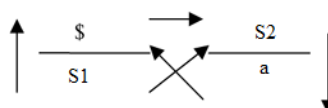


Figura 03 - Discurso Capitalista.

O discurso capitalista é uma outra variação do discurso do mestre. Se na variação anterior, ou seja, no discurso do universitário, foi visto uma permuta de posições onde o significante mestre (S1) passou a ocupar o lugar da verdade, deixando a posição de agente ao saber (S2), aqui o significante mestre continuará ocupando o lugar da verdade para onde

se deslocou no discurso do universitário, só que o lugar do agente passa a ser ocupado não pelo saber (S2), mas pelo sujeito dividido (\$). Castro (*in. op. cit.*, p. 4) diz que “Lacan vê no discurso da universidade uma versão do discurso do senhor reformada e adaptada ao capitalismo: há uma (e continua citando Lacan) ‘mutação capital (...) que dá ao discurso do senhor seu estilo capitalista’¹⁰”.

Com o deslizamento do significante mestre nos discursos do universitário e do capitalista da posição de agente para o lugar da verdade, diz Castro (*in. op. cit.*), ocorre uma camuflagem das relações de poder porque a autoridade do capitalista não tem uma face. Para justificar a sua afirmação, Castro (*in. op. cit.* p.5) cita Lacan:

O que é marcante, e que ninguém parece ver, é que desse momento em diante, em virtude do fato de que as nuvens da impotência foram ventiladas, o significante-mestre não aparece senão como mais inatacável, justamente em sua impossibilidade. Onde está? Como nomeá-lo? Como localizá-lo? - a não ser naturalmente em seus efeitos mortíferos. Denunciar o imperialismo? Mas como pará-lo, esse pequeno mecanismo? (LACAN, *apud* CASTRO, *in. op. cit.* p. 5).

Segundo Greiser (2008), o declínio do Nome-do-Pai é resultado do declínio do discurso do mestre, e produz um déficit de duas questões fundamentais: o primeiro déficit é na função do *não*, e o segundo é na crença no inconsciente. A autora considera que essas duas dimensões lançam um desafio à prática da psicanálise no sentido de reinstalar não o pai, mas o significante mestre do qual Lacan nunca disse que se podia prescindir. “Sim se podia prescindir do pai, mas não do significante mestre porquanto que é este que representa o sujeito.”¹¹ (GREISER, *in. op. cit.* p. 35).

Assim, o declínio da autoridade paterna é acompanhado pela queda do significante mestre do seu lugar de comando e pela descrença no inconsciente. Isto é ainda mais decisivo, posto que se presentifica na clínica através de sujeitos angustiados, depressivos e dos chamados novos sintomas. É nesse contexto, sob a égide do discurso do capitalista

¹⁰ Lacan, Le séminaire, livre XVII, p. 195.

¹¹ Tradução livre do texto: “Sí se podría prescindir del padre , pero no del significante amo em tanto es éste El que representa al sujeto”.

copulado (termo utilizado por Lacan no Seminário XVII) com o discurso da ciência, que se constituem as novas subjetividades. Sujeitos “desinibidos” e “desbussolados” que buscam “gozar a qualquer preço”¹² - sobre essa questão com o gozo trataremos no capítulo seguinte.

2.1.3 família como função de transmissão: as novas configurações familiares

Nesse capítulo vem sendo analisado o declínio do Nome-do-Pai. Este significante que, como visto, tem por função estabelecer limite ao gozo, transmitindo a falta engendrada no sujeito via castração simbólica. O Nome-do-Pai, na ordem do discurso do mestre, é o significante que ocupa o lugar de agente, da lei, ou seja, o significante mestre (S1), o senhor, o que ordena, o que nomeia.

A família se constitui numa figura representante do significante mestre, um representante do Outro. A família é o primeiro Outro social. Tanto é que os analisandos falam de suas famílias quando chegam aos consultórios. Falam do pai autoritário, do pai permissivo demais, do pai ausente, enfim, falam do pai como se fosse ele próprio o sintoma. Ou falam da mãe invasiva, excessivamente amorosa ou, ao contrário, da mãe descuidada, que não sabe amar.

Greiser (*in. op. cit.*) diz que a união da família depende de laços secretos e não dos laços legais. A família, conforme analisa, é coisa do inconsciente e não uma questão de reprodução biológica. Tanto é que Freud (1930/2006), no seu texto *O mal estar na civilização*, e depois Lacan, em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938/2003) apontam que a função da família está além da função biológica. “A família tem uma função de transmissão, e é o espaço onde o sujeito faz a experiência do

¹² Expressão utilizada por Charles Melman no título do seu livro *O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2008)

inconsciente, ali interpreta o desejo do Outro encarnado nas figuras parentais” (GREISER, *in. op. cit.* p. 17).

Como anda a função da família diante dessa alteração na ordem do discurso e do declínio da função paterna? Greiser (*in. op. cit.*) observa que cada vez mais são os laços legais que se responsabilizam pela união familiar e não mais o laço secreto. Ou seja, a família cada vez mais passa a ser uma questão de Estado. É ao Estado que os parentes recorrem em busca de reatar os laços familiares cada vez mais desintegrados.

A desintegração familiar também pode ser considerada como uma consequência da inversão na ordem do discurso e produto de um discurso capitalista fundado no individualismo e nos laços legais, ou seja, nos contratos que regulam as relações sociais. Além disso, o discurso da ciência também contribui com a ruptura do laço secreto na medida em que oferece, por exemplo, as produções independentes através dos bancos de espermas e outros artifícios para que o sujeito se convença de que pode prescindir do outro.

Porém, a desintegração familiar não pode ser colocada como a causa do mal estar atual, pois essa desintegração de certa forma estaria prevista a partir do momento em que foi instaurada uma nova ordem discursiva, cuja proposta seria a de romper com todas as formas de autoridade e tradição e estipular uma nova ordem, onde o mercado se autorregula, e os sujeitos estabelecem as normas dos contratos que irão regular as suas relações.

Sobre essa questão e em defesa da família à qual denominou de “família tentacular”, que seria a família atual, onde os pares se juntam, muitas vezes já trazendo filhos de outras uniões, afirma Maria Rita Kehl: “Acima de toda essa falação, paira um discurso institucional que responsabiliza a dissolução da família pelo quadro de

degradação social em que vivemos”¹³. Para Kehl (*in. op. cit.* p. 7), não são as novas formas de arranjo familiar que impossibilitam a transmissão, que considera uma função familiar insubstituível:

A dissolução do espaço público em vários países do Ocidente – que no Brasil ganha contornos dramáticos – e a passagem de uma ética da produção para uma ética do consumo, entre outros fatores, são os grandes responsáveis pela desmoralização da transmissão familiar dos valores, e não o contrário.

A autora lembra como a estrutura familiar fundada na monogamia, no patriarcado e na endogamia que predominou no início do século XIX e meados do século XX no ocidente foi o grande laboratório das neuroses: “tal como a psicanálise, bem naquele período veio a reconhecer” (KEHL, *in. op. cit.* p. 7).

O que pode ser constatado é que não houve realmente uma dissolução da família, a não ser que se esteja falando do modelo de estrutura familiar que predominou nos dois últimos séculos. Existem, sim, novas possibilidades de arranjos familiares, mas que essas tentativas de novos arranjos são, paradoxalmente, a demonstração da necessidade dos sujeitos em se organizarem de alguma forma no grupo familiar. Isso por conta da função de transmissão que tem a família, pelo papel que ela tem do primeiro Outro social.

Diz ainda Maria Rita Kehl (*in. op. cit.* p. 6):

O máximo que podemos pensar é que, se existir para a criança alguém que faça a função paterna e alguém que se encarregue amorosamente dos cuidados maternos, a família estruturará edipicamente o sujeito; é dentro dessa estrutura chamada de família que a criança vai se indagar sobre o desejo que a constitui – o desejo do Outro – e vai se deparar com o enigma de seu próprio desejo. É nesse percurso que ela vai se tornar um ser de linguagem, barrado em relação ao gozo do Outro.

¹³ <http://www.mariaritakehl.psc.br/emdefesadafamiliatentacular.pdf>

CAPÍTULO 3

A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

“[...] ‘ no princípio foi Ato’”
(GOETHE *apud* FREUD, 1912-13)

Nos dois primeiros capítulos foi visto como o sujeito se constitui a partir de um significante que lhe é fornecido pelo Outro materno e como ocorre a substituição metafórica através do significante denominado por Lacan de Nome-do-Pai, que representa a lei que, limitando o gozo, introduz o sujeito na ordem do desejo, embora se trate de um desejo encoberto pelo véu da castração.

Também foi visto como uma inversão ocorrida na ordem do discurso, apontada por Lacan, provocou o declínio do significante o Nome-do-Pai, o que por sua vez comprometeu a ordem simbólica que amparava o laço social. Isso trouxe várias consequências para o homem moderno, já que o “senhor” deixou de ser o significante mestre, o que nomeava, estabelecia e transmitia as normas secretas pelas quais os sujeitos se relacionavam uns com os outros.

Dentre as consequências foi mencionada a desagregação familiar e reconhecida a luta do homem moderno em estabelecer novos arranjos familiares que possam viabilizar a transmissão do pacto simbólico via família, o que talvez possa minimizar de uma forma geral a desagregação, criando novos laços. Diante desse contexto, novos sintomas são apontados pela psicanálise e, entre outros, está situada a violência.

Este capítulo enfoca a definição do termo violência, tentando localizar o fenômeno na atualidade, indica a distinção entre violência e agressividade na abordagem

psicanalítica e por fim situa a violência enquanto sintoma social e subjetivo, o que implica abordar questões referentes ao gozo e ao conceito de supereu.

3.1 ETIMOLOGIA DO TERMO, DEFINIÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA ATUALIDADE

Etimologicamente, a palavra *violência* se origina do latim *vis*, que significa força, vigor, potência, emprego da força, derivando da palavra latina *violentia* (DADOUN *apud* SILVA JR., 2007). Na própria etimologia da palavra, segundo Silva Jr. (*in. op. cit.*), é possível notar o duplo sentido a que pode remeter o termo:

A própria etimologia da palavra *violência*, introduz em sua noção um duplo sentido: por um lado, a sua raiz latina aponta uma força vital, no sentido de vigor e potência; por outro, o emprego da força sobre um outro introduz a destrutividade, fazendo então da *violência* essa força que impele para a ruptura de limites, para o excesso, para a crueldade e o abuso de um certo poder (SILVA JR., 2007, p.12).

Diz o referido autor em outro texto: “De pronto, e em termos gerais, é possível definir a violência como sendo o exercício de um poder ou de uma força sobre um outro, contra a sua vontade e sem seu consentimento”.(SILVA JR., 2010, p. 324).

Assim, violência é ato. Atuação. Usar a força a fim de dominar o outro. É a imposição de uma vontade contrária à da vítima usando de força bruta para submetê-la, sendo esse emprego da força bruta uma “ação contrária à ordem moral, jurídica ou política” (ABBAGNANO, *apud* SILVA JR., p. 11).

A violência é então a transgressão da ordem instituída, não apenas de uma ordem legal, jurídica, mas de uma ordem moral, o que também talvez possa ser estendido à ordem simbólica, àquela que é efeito do significante o Nome-do-Pai. A ordem simbólica que caracterizou até então o estado de cultura dos homens, representada anteriormente por uma máxima que poderia ser descrita como “nada de excessos” (MILLER, *apud* SILVA Jr., *in. op. cit.* p. 14). A ordem simbólica que instituiu, pelo Outro da linguagem, a castração,

conforme demonstrado nos capítulos anteriores, e que impôs aos sujeitos um limite para o gozo. O que é demonstrado no ato de violência é justamente uma ruptura desse limite, do pacto simbólico estabelecido entre os homens via linguagem, para que seja possível o convívio em sociedade. Como indicou Freud (1974/1929-1930), a violência é a antítese da civilização, ou ainda, segundo Lacan (1999/1957-1958), é uma ruptura com o elemento pacificador da dispersão pulsional que se localiza na linguagem, na palavra e na fala, ou seja, no Simbólico.

Diz Lacan (*in. op. cit.*) que o que há nas relações inter-humanas é a violência ou a fala. É a palavra veiculada na fala que surge como possibilidade de fazer dique ao extravasamento de gozo que escapa ao sentido, de outra forma o que há é ato. Essa é uma linha de raciocínio desenvolvida por Freud desde *Totem e Tabu* (1913-1914), passando depois pelos textos *O futuro de uma ilusão* e *O Mal-Estar na civilização* (1927-1930), quando ele diz, ao final do primeiro texto referido, que o ato é o substitutivo do pensamento. Os homens primitivos, já disse Freud (*in. op. cit.*), são desinibidos, neles o pensamento se transforma direto em ação, e cita Goethe, no *Fausto*, Parte I, Cena 3, que, parodiando o texto bíblico, diz “no princípio foi Ato” (FREUD, 1996, [1913-1914], p. 162).

Apoiado na contribuição de Lacan que tem como âncora a obra de Freud, o presente estudo propõe uma definição da violência como um excesso pulsional e como gozo. Um gozo que não encontra balizamento no Simbólico e retorna no Real, provocando a aniquilação do outro e a ruptura dos laços sociais. Essa é a peculiaridade da violência na contemporaneidade, ou seja, o fato de ela se encontrar relacionada com o declínio da ordem simbólica que, por sua vez, é resultado do discurso capitalista e da ciência que promulgam a busca do gozo pleno numa transgressão às leis da linguagem.

De outra forma, pode-se dizer que a violência sempre esteve presente na história da humanidade. Freud já a colocou na origem da civilização quando menciona o assassinato do pai da horda em *Totem e Tabu* (*in. op. cit.*), ou ainda no texto *Reflexões para os tempos de guerra e morte*:

A própria ênfase dada ao mandamento ‘Não matarás’ nos assegura que brotamos de uma série interminável de gerações de assassinos, que tinham a sede de matar em seu sangue, como, talvez, nós próprios tenhamos hoje. Os esforços éticos da humanidade, cuja força e significância não precisamos absolutamente depreciar, foram adquiridos no curso da história do homem; desde então se tornaram, embora infelizmente apenas em grau variável, o patrimônio herdado pelos homens contemporâneos (FREUD, 1974/1915, p. 335, *apud* SILVA JR., 2010, p. 326).

Segundo Silva Jr. (*in. op. cit.*), embora haja a constatação de que sempre existiram guerras e violência em outros tempos, os motivos e as implicações que ocasionavam esses fatos eram bastante distintos dos que se encontram na contemporaneidade. Não é possível se pensar que a escravidão na Grécia Antiga tenha o mesmo sentido que a escravidão, por exemplo, de mulheres utilizadas para a prostituição nos tempos atuais. Silva Jr. (*in. op. cit.*) cita Pereira (1996), e diz que:

a violência na antiguidade tinha um contexto e objetivos determinados: podia ser uma forma de ritualizar as relações entre as tribos, ou uma forma de ritos de passagem dos jovens à vida adulta, ou, ainda, um ritual para o aumento ou manutenção da fertilidade ou da força (SILVA, JR. *in. op. cit.* p. 327).

O autor aponta ainda a função da violência como uma necessidade de transgredir as normas sociais com o objetivo de modificar o *status quo* vigente. E indica o comentário realizado por Lacan nos seminários *As formações do inconsciente* (LACAN, 1999/1957-1958) e *O ato psicanalítico* (LACAN, 1967-1968) sobre a travessia do rio Rubicão por Júlio César¹⁴, como exemplo da função da violência como marca da passagem para uma

¹⁴ No comando da XIII Legião, Caio Júlio César atravessa o rio Rubicão, uma fronteira natural que separa a Gália Cisalpina e a Itália em 11 de janeiro de 49 a.C.. À época, o Senado romano proibia formalmente a todo general em armas de transpor essa fronteira sem expressa autorização. Ao transgredir a ordem, Júlio César violou a lei de Roma e declarou guerra ao Senado. No instante em que atravessou o Rubicão, exclamou: "Anerrifhō Kubos" traduzido em latim popular por "Alea jacta est" (A sorte está lançada). A partir daquele momento ninguém mais seguraria Júlio César. O general, estadista, orador, historiador e legislador romano, considerado um dos homens mais cultos de seu tempo e um dos maiores chefes militares de toda a história, entra em Roma, afasta Pompeu e, ao fim de uma longa guerra civil, submete o conjunto do Império Romano

nova situação social. O ato de Júlio César, que se constituiu em transgredir a lei vigente, realizando a travessia do rio Rubicão, tem o seu valor por se constituir num marco de inauguração de algo novo, ou seja, de modificar o *status quo* vigente, o valor de um signo, marcando um antes e um depois do evento.

O raciocínio utilizado por Lacan no comentário sobre a travessia realizada por Júlio César segue a mesma lógica desenvolvida por Durkheim em sua teoria da anomia, já mencionada no início do presente estudo. Para Durkheim: “o comportamento desviante é um fator necessário e útil para o equilíbrio e o desenvolvimento sócio-cultural”. (SHECAIRA, 2004, p. 219).

A partir desse aporte teórico é possível apontar um paradoxo e dizer que o ato de violência, o crime (pois se trata de uma infração à lei) não é um fato necessariamente nocivo, posto que pode se constituir em um aspecto favorável para a estabilidade e mudança social, bem como para reforçar a solidariedade entre os homens.

Porém, não é dessa forma que a violência se apresenta na contemporaneidade. O que se encontra é a violência banalizada, sem significação alguma. Uma violência que se apresenta “como um modo de expressão do sem-sentido, daquilo que estaria fora da linguagem e do pensamento inconsciente, revelando o fracasso dos recursos simbólicos frente ao real na atualidade” (SILVA JR., 2010, p. 328).

Para Lacan, o Real é a terceira dimensão que constitui o nó borromeano, juntamente com o Simbólico e o Imaginário. É a dimensão do fora do sentido, que não se pode simbolizar e também escapa à ordem imaginária. É a instância que não reconhece nenhum limite, sendo ainda definido como o impossível e que não se move, é o que não

cessa de se escrever (LACAN, 1972-1973/2008). Irredutível à palavra, mas que só pode ser abordado por meio do Simbólico.

Zizek (2003, apud SILVA JR., *in. op. cit.*) diz que na contemporaneidade habitamos o deserto do real. “Real exposto a partir dos excessos e do superlativo”, diz Silva Jr. (*in. op. cit.*, p. 329). E continua: “como nos convida a refletir Gilles Lipovetsky (2004, p. 53) em seu trabalho - *Os tempos hipermodernos*: Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto – o que mais não é hiper?”. Nesses tempos de superlativo, a busca pelo gozo sem limites se impõe como regra.

È nesse sentido que Silva Jr. (*in. op.cit.*) diz acreditar na possibilidade de se situar a violência como um sintoma. Como algo que atravessa o sujeito sem que ele o saiba, provocando um mal-estar e impelindo-o à repetição, na forma do sintoma tal qual definido por Freud.

3.2 VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE EM PSICANÁLISE: POR UMA DISTINÇÃO

Nem Freud e nem Lacan desenvolveram em psicanálise o conceito de violência. A agressividade, sim, tem uma concepção psicanalítica que foi trabalhada já por Freud, sobretudo na composição da sua teoria das pulsões, e por Lacan em textos como *A agressividade em psicanálise* (1948/1998); *O estádio do espelho como formador da função do eu* (1949/1998) e *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950/1998).

Para Freud existe uma ligação entre agressividade e sexualidade, estudo que ele desenvolve a partir do texto *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/1996). Diz ele

que quando a libido enfrenta a pulsão de morte e a desvia para o mundo externo, para fora do sujeito, essa pulsão chega ao mundo como pulsão de agressão, de domínio ou de controle de poder.

No texto *Por que a guerra?* (FREUD, 1932-1933/1996) Freud fala sobre o desejo humano de agressão e destruição “que são facilitados quando se misturam com motivos de natureza erótica e idealista” (FREUD, *in. op. cit.*, p. 195). Diz ele ainda sobre esse desejo humano de agressão e destruição:¹⁵

está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver (FREUD, *in. op. cit.*, p.204).

Freud propõe que para combater a guerra (agressividade) é preciso opor à mesma o antagonista da pulsão de morte: Eros. Tudo que estreitar os laços afetivos entre os homens dever ser utilizado com esse intuito. Para Freud, tudo o que estimula o processo de civilização combate a guerra, entendida civilização como fortalecimento intelectual e afetivo e renúncia à pulsão.

Em Lacan (1948/1998) a agressividade se encontra como marca fundamental da relação do sujeito com o outro. Em *A agressividade em psicanálise* (*in. op. cit.*) Lacan apresenta um relatório onde discute a possibilidade de fornecer um cunho psicanalítico para o termo *agressividade*, e conclui que a noção de agressividade possui uma dimensão fundamentalmente imaginária. Trata-se de destruir a quem é a sede da alienação imaginária, e por isso a agressividade é a manifestação da estrutura fundamental do ser humano.

¹⁵ Na citação abaixo o tradutor utilizou a palavra instinto para traduzir a palavra alemã “trieb”. Embora existam duas elaborações freudianas acerca da teoria das pulsões, Freud não utilizou o termo alemão “Instinkt” como sinônimo de “trieb” em nenhum momento de sua obra, embora no alemão possa haver uma perfeita correspondência entre os termos. Nas poucas vezes em que utilizou o termo instinto, Freud o fez para se referir a um conhecimento dado pela hereditariedade, relacionado à espécie animal, à biologia, conforme explica Gilberto Gomes em artigo intitulado *Os dois conceitos freudianos de trieb*, acesso à Internet, realizado em 04/08/2012 ao site WWW.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-3772200100300007&script=sci_arttext.

A agressividade então se encontra no registro Imaginário, que é a base da constituição do eu, e onde este se conforma à imagem do outro ao que Lacan denominou estágio do espelho, como visto no capítulo inicial deste trabalho. A agressividade é determinada pela identificação narcísica que estrutura o eu em sua alienação à imagem especular, manifestando-se em uma experiência a dois marcada pelo Imaginário.

Acontece que nessa etapa da formação do eu denominada estágio do espelho, embora ocorra a identificação da criança, ainda *infans*, com a imagem que o semelhante vê nela e na qual se reconhece, “numa verdadeira ortopedia, o eu não é esse todo ortopédico. O eu é cindido, ou seja, o eu é um outro com o qual a criança rivaliza”, como comenta Silva Jr. (2007 p.31). “Trata-se aqui de um engodo que fundamenta a alienação primordial do sujeito, isto é: o sujeito acredita ser o eu, mas este eu é formado a partir da identificação à imagem do outro” (SILVA JR., *in. op. cit.*, p.31). É a formação essencialmente narcísica construída na dinâmica do estágio do espelho e que decorre do Imaginário. A formação do *eu ideal*.

Para Lacan (*in. op. cit.*) a agressividade está presente na constituição do eu como resultado da relação da criança com esse outro da qual depende, como sendo “o termo demarcatório de onde um acaba e o outro começa” (SILVA JR., *in. op. cit.* p.32). É nessa dialética entre o espaço de um e o do outro que surge a agressividade.

No mesmo texto, Lacan (*in. op. cit.*, p. 119) estabelece a noção de agressividade como a “tensão correlativa à estrutura narcísica no devir do sujeito”, tensão que só é apaziguada pelo *ideal do eu*. O ideal do eu, diferentemente do eu ideal, que se constitui no registro Imaginário, é constituído a partir da introdução do Simbólico e é o que vem pacificar a agressividade demarcatória dos campos do eu e do outro. Portanto, o ideal do eu comporta ao seu lado a função paterna, e somente ocorre com a introdução da ordem do Simbólico, como visto na análise da metáfora paterna. Neste ponto, é possível perceber a

relação da violência com a ausência de simbolização, ou seja, como uma explosão da tensão agressiva presente na formação do eu e que não foi mediatizada pelo Simbólico.

Mas, segundo Silva Jr. (*in. op. cit.*), a violência não pode ser tida como consequência direta da agressividade voltada para o exterior, ou seja, a agressividade primordial constitutiva do eu não é suficiente para fundar a violência tal como a presenciamos na contemporaneidade. Lembra o autor que em *A agressividade em psicanálise* Lacan realiza uma articulação da noção de agressividade como tensão correlativa à estrutura narcísica no devir do sujeito à identificação secundária resultante do complexo de Édipo. Essa identificação secundária com a imago paterna deriva do acontecimento mitológico que é o assassinato do pai da horda, o que segundo Silva Jr. (*in. op. cit.*) poderia colocar em questão a existência de uma violência originária que neutraliza a rivalidade entre os irmãos (semelhantes) pela identificação dos mesmos com o totem paterno.

Assim, destaca-se, por um lado, uma configuração imaginária da agressividade na identificação narcísica ao semelhante e, por outro, a inscrição simbólica da violência ao ser apaziguada na identificação simbólica com o rival edípico e na função do ideal do eu. Diante disso, sugerimos a hipótese de que a agressividade não dá conta de explicar o ato violento (SILVA JR., *in. op. cit.*, p. 87).

Como já foi dito, violência e agressividade não são assim noções correlatas em psicanálise. A violência não possui uma conceituação psicanalítica, mas:

Lacan demarca uma violência implícita no ato de agredir, que surge diante do impossível de dizer, como curto-circuito da palavra. O gozo que escapa ao sentido retorna no real como violência. O simbólico é o pacificador e o imaginário é fundamentalmente paranoico (SILVA JR., *in. op. cit.*, p. 90).

Silva Jr. se refere à passagem ao ato quando ocorre, para o sujeito, um curto-circuito da palavra, ou seja, o laço simbólico se rompe e o gozo que escapou ao sentido acaba retornando no Real. Trataremos da violência existente na passagem ao ato no tópico a seguir.

Para concluir a distinção entre os termos discutida neste tópico é possível dizer que em um ponto os dois termos podem ser conjugados. É na medida em que o sujeito tem que renunciar ao Real do gozo que envolve a ambos para advir a um estado civilizado e se submeter à ordem do Simbólico que pacifica o Imaginário, que é fundamentalmente paranoico. Permanecendo no Imaginário, a intenção agressiva poderá se transformar em “tendência agressiva” (LACAN, 1948/1998) provocando a passagem ao ato numa forma de alívio. Alívio da culpa, da angústia provocada pelo gozo excessivo, ou talvez alívio por se livrar de si mesmo no outro.

3.3 A PASSAGEM AO ATO E O *ACTING-OUT*

Como colocado até então, a violência, embora não tenha uma definição propriamente psicanalítica, é vista pela psicanálise como uma ruptura com o Simbólico, como um curto-circuito na ordem da palavra. É uma forma de atuação, como também foi visto nas definições do termo apresentadas no início do capítulo.

A distinção entre passagem ao ato e *acting-out* foi realizada por Lacan no seu *Seminário 10 - A angústia* (1962-1963/2005). Antes, os termos se confundiam, porque ambos traduziam o que Freud denominou de *colocação em prática ou em ato*, segundo o verbo alemão *agieren*. A palavra alemã foi utilizada por Freud para designar o mecanismo pelo qual o sujeito coloca em prática suas pulsões, fantasias e desejos, estando associado à rememoração, à repetição e à elaboração. É a tradução em ato daquilo que o paciente esqueceu, o que remete à técnica psicanalítica por designar a atuação inconsciente do paciente para evitar a verbalização da lembrança recalcada e se furtar à transferência. Essa atuação pode acontecer dentro ou fora do tratamento psicanalítico.

É de se esperar, portanto que ele (o paciente) ceda ao automatismo de repetição que substituiu a compulsão à lembrança, e não apenas em suas relações pessoais

com o médico, mas também em todas as suas outras ocupações e relações atuais, bem como quando, por exemplo, lhe sucede apaixonar-se durante o tratamento (FREUD *apud* Roudinesco; Plon, 1998, p.5).

Segundo ainda Roudinesco e Plon (*in. op.cit*), o *acting-out* se distingue do *acting-in*, conforme entendimento dos psicanalistas de língua inglesa. O primeiro termo designa a atuação do paciente fora da sessão, e o segundo é esse mesmo agir sendo que restrito ao interior da sessão.

Outra distinção, realizada em 1967 por Michel de M'Uzan é apontada por Roudinesco e Plon (*in. op. cit.*). O psicanalista francês separou o *acting-out* direto do *acting-out* indireto. O primeiro seria o ato simples que não estaria relacionado com a transferência, e o segundo seria o ato ligado a uma organização simbólica relacionada com uma neurose de transferência.

Segundo Kaufmann (1996, p. 55 *apud* SILVA JR. p.150), “a expressão ‘passagem ao ato’ é utilizada para designar certas modalidades do agir caracterizadas pelas impulsões”. Silva Jr. (*in. op. cit.*) diz ainda que “a expressão ‘passagem ao ato’ é designada para sublinhar a violência e o traço de instantaneidade próprio a diversas condutas que impelem o sujeito à ação e o ultrapassam: a agressão violenta, o delito, certas condutas perversas, etc.”.

A passagem ao ato, pois, não está ligada ao processo de simbolização, como acontece com o *acting-out* que requer uma interpretação do analista e é a ele endereçado. Pelo contrário, é uma ruptura com a ordem simbólica. Não é que o paciente evite a verbalização da lembrança recalcada, mas de se encontrar diante da impossibilidade de dizer. De se encontrar frente ao gozo que escapou ao sentido e que, portanto, retorna no Real. É se encontrar fora da ordem do significante, num momento de total ruptura com ele.

O Nome-do-Pai está *foracluso*¹⁶ se a passagem ao ato vier de um sujeito estruturado na psicose ou perdeu a sua força significante, permitindo a ruptura do laço simbólico, numa estrutura neurótica ou ainda numa denominação do que propôs Jacques-Alain Miller, em *La psicosis ordinária: La Convención de Antibes* (1998/2005): como psicose ordinária.

A *passagem ao ato* no vocabulário psiquiátrico clássico francês, segundo, Silva Jr. (*in. op. cit.*), refere-se à violência da conduta através da qual o sujeito se precipita numa ação que o ultrapassa, a exemplo do suicídio, do delito, da agressão, e foi extraído da criminologia no século XIX.

Lacan, em 1962-1963, no *Seminário 10 - A angústia* (*in. op. cit.*), partiu da concepção da psiquiatria francesa para realizar a distinção entre a passagem ao ato e o *acting-out*. Para Lacan o *acting-out* não é um ato, posto que um ato é sempre um ato significante, que permite ao sujeito transformar-se *a posteriori*. O ato mesmo de matar marca um antes e um depois, representando um ponto de descontinuidade que é o estatuto do ato através do qual o sujeito pode mudar sua posição. Disso se deduz que o que se diz ou o dito de uma passagem ao ato surge *a posteriori* do mesmo, ou seja, primeiro temos a passagem ao ato e logo depois a sua construção. Do que também se pode deduzir que depois da passagem ao ato o sujeito já não é o mesmo.

O *acting-out*, ao contrário, não é um ato, mas uma demanda de simbolização que se dirige a um outro como forma de evitar a angústia. É o sinal, durante o tratamento analítico, de que a análise se encontra num impasse em que se revela a incapacidade do psicanalista. É preciso uma mudança de posição transferencial.

A *passagem ao ato* é uma ruptura integral do sujeito com o Simbólico, numa alienação radical. O significante o Nome-do-Pai não está produzindo efeito. O sujeito se

¹⁶ A *foraclusão* é um conceito formulado por Lacan para designar um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz o significante é *foracluso*. Não é integrado no inconsciente como no recalque e retorna como forma alucinatória no real do sujeito. (ROUDINESCO; PLON, 1998).

identifica com o objeto *a*, ou seja, com o que está excluído ou rejeitado de qualquer quadro simbólico. É como uma saída de cena em que o sujeito salta para o vazio, a exemplo do suicídio, e se reduz a um puro objeto excluído ou rejeitado do Outro. Para Lacan (*in. op. cit.*) a passagem ao ato é, da mesma forma que o *acting-out*, uma maneira de barrar a angústia, mas numa última tentativa, ou seja, de uma forma radical.

No seminário sobre a angústia, Lacan (*in op.cit.*) cita o caso da jovem homossexual paciente de Freud (1920) como exemplo da *passagem ao ato*. Trata-se de um caso em que a paciente é uma jovem que se comporta como um cavalheiro apaixonado pela sua dama, a quem tudo oferece e se contenta com muito pouco em troca, o que para Lacan demonstra a função do amor cortês. A orientação dessa moça para a homossexualidade surgiu com o nascimento do irmãozinho na família. A partir de então a jovem passa a cortejar uma mulher de reputação suspeita de uma maneira “essencialmente viril” (LACAN, *in. op. cit.* p.123). Lacan aponta que Freud reconhecia nessa ligação amorosa um desafio que visava o pai da jovem, que desaprovava a relação conhecida publicamente.

A passagem ao ato, nesse caso, ocorre quando em um encontro com a sua dama a jovem cruza na rua com o seu pai, que lhe dirige um olhar de desaprovação. Ao mesmo tempo a dama rompe a relação com a jovem por considerar que o caso está se tornando insustentável. Logo em seguida, a jovem desapontada com a ruptura do romance e com a desaprovação do olhar que lhe fora dirigido pelo pai se atira de uma ponte.

Lacan (*in. op. cit.*) usa o termo *niederkommt*, retomado de Freud, cuja tradução é *dar à luz*, para dizer que a jovem passou ao ato, deixando-se cair. Freud utiliza o termo ao pé da letra para apontar a analogia do ato da jovem com o parto, ou seja, com o desejo de parir um filho do pai, desejo este aniquilado com o nascimento do irmãozinho que lhe colocou frente a essa impossibilidade, a uma incapacidade, à mulher incapaz que era ela, e

cuja incapacidade é acentuada pelo olhar de desaprovação do pai e pela ruptura da relação realizada pela dama que demonstrou quão insuficiente era ela.

No caso da jovem homossexual é possível a localização das duas condições que, segundo Lacan, no seminário sobre a angústia (*in. op. cit.*), são essenciais para que o sujeito realize a passagem ao ato. Primeiro é necessário que o sujeito se encontre em uma situação de identificação absoluta com o objeto *a* na qualidade de resto ao qual o sujeito se reduz, e depois deve haver um confronto do desejo com a lei. No caso da jovem homossexual existe um confronto do seu desejo pelo pai com a lei que se faz presente no olhar desabonador desse pai sobre ela. Esse momento em que o sujeito passa ao ato é o momento de máximo embaraço para o sujeito que não tem espaço nem tempo para pensar e, sem alternativa, age, saindo da cena em um instante, largando de mão, deixando-se cair.

Lacan (*in. op. cit.*) tentou distinguir as duas expressões - *acting-out* e passagem ao ato - dizendo que ao mesmo tempo em que a tentativa de suicídio da jovem é uma passagem ao ato, toda a aventura dela com sua dama é um *acting-out* dirigido a Freud. Nesse caso, a conduta da jovem homossexual era acentuada na medida em que se tornava escandalosa a sua relação com a Dama. E o que a conduta encobria, que é o que interessa, era a decepção de não ter tido com o seu pai um filho que seria colocado no lugar do falo que lhe faltava, substituindo o objeto *a* como queda, como o que falta. Diante desse fracasso, ela se coloca no lugar do que lhe falta e passa a fazer o papel do amante, o que tem e dá o falo. Percebe-se a carência de interpretação do *acting-out*, que é uma montagem velada, algo da verdade do inconsciente que só pode aparecer com a interpretação.

O aspecto temporal também é um ponto distintivo da realização da passagem ao ato e do *acting-out*. É possível verificar que enquanto o *acting-out* tem uma duração no tempo onde o sujeito permanece em uma encenação que se dirige ao outro e pede interpretação, a passagem ao ato se dá em apenas um instante. Na passagem ao ato o que ocorre é uma

saída de cena por uma decisão do sujeito. A decisão subjetiva envolve os três tempos lógicos denominados por Lacan (1945/1998): instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir. O primeiro e o último tempo funcionam instantaneamente, mas o segundo, o tempo de compreender, só funciona em uma continuidade. A passagem ao ato apresenta a característica de empurrar o sujeito do instante de ver ao momento de concluir, produzindo um curto-circuito no tempo de compreender. Nesse sentido ocorre uma antecipação, e a ausência do tempo de compreender é correlativa a uma certeza que dirige as ações.

Além da saída de cena que “curto-circuita” o tempo de compreender numa antecipação da conclusão, outra característica se faz presente na passagem ao ato que é a inclinação do sujeito em direção ao objeto *a* como condensador de gozo. O sujeito abandona o Outro e se dirige ao objeto. Isso significa em outras palavras o abandono do significante mestre em sua função de lei limitadora de gozo, ou seja, em sua função de Nome-do-Pai de realizador do laço social.

A passagem ao ato ainda traz a questão da existência na psicanálise lacaniana de uma teoria do mal onde o objeto que cai é o *kakon*. *Kakon* é o objeto mal, o inimigo interior que se tentaria eliminar na passagem ao ato. Explica Santiago (2001) que a palavra grega *kakon* quer dizer *mal*, e foi utilizada por Guiraud e Cailleux nos casos em que o crime aparece como uma “reação violenta” ou como:

o último sobressalto de energia de um organismo que se funde na indiferença e na inação e como resultado de uma transferência de um desejo de ‘curar a enfermidade’ e ‘suprimir o mal social’ por meio de um paralogismo verbal e simbólico freqüente nos hebefrênicos: matar o mal= matar a enfermidade. (GUIRAUD; CALLIEUX *apud* SANTIAGO, 2001, p. 133).

Para esses autores o *kakon* tem origem “no mecanismo de projeção do sentimento de perseguição que tem sua fonte nas motivações corporais dolorosas localizadas no exterior” (SANTIAGO, 2001, p.133) e que compele o sujeito para se libertar dele. É

através dessa reação de defesa contra o *kakon* que o atormenta que o sujeito passa ao ato através de um homicídio ou de um suicídio. Por isso, em alguns casos de homicídio, o criminoso muitas vezes, sem entender o seu próprio ato, sem se reconhecer culpado nem reconhecer a quem quer agredir, acaba por também desferir golpes contra ele próprio e muitas vezes a exhibir esses golpes para demonstrar o seu lugar de vítima e não de agressor.

A passagem ao ato então, nos crimes *kakon*, que são os chamados crimes imotivados, funciona como uma forma de o sujeito se libertar da invasão de um *kakon* insuportável, o que “a psicanálise antevê como a emergência do caráter ilimitado do gozo próprio das psicoses” (SANTIAGO, *in. op. cit.* p. 123).

A passagem ao ato, assim como o *acting-out*, são noções próprias da psicanálise e não são específicas de nenhuma estrutura em particular. Porém, nas diversas estruturas (neurose, perversão e psicose) a passagem ao ato assume diferentes funções a depender da posição do sujeito frente ao gozo. No caso Aimée, por exemplo, narrado por Lacan em sua tese de medicina de 1932, *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, a passagem ao ato leva Aimée, que desde a gravidez do seu filho Didier passou a sofrer de estados depressivos e manias de perseguição (delírio persecutório característico das psicoses paranoicas), a aliviar os sintomas mórbidos e os efeitos do seu delírio. Aimée, após o nascimento do filho, passou a levar uma vida dupla. Enquanto exercia a função de funcionária dos correios e escritora (tinha dois romances escritos e não publicados) vivia em seus delírios a vida de uma mulher que sofria uma tentativa de perseguição por parte de uma célebre atriz do teatro parisiense, a quem em 1931 tentou matar com uma facada. A atriz se esquivou do golpe desferido por Aimée e esta foi encaminhada para a internação no Hospital Sainte-Anne, onde foi confiada aos cuidados de Jacques Lacan.

A passagem ao ato no caso Aimée parece ter proporcionado a saída do sujeito do “beco sem saída subjetivo” (LACAN, 1967) em que se encontrava. Enquanto a angústia é

o afeto que não engana, pois é a tradução subjetiva da presença do objeto *a* e a depressão é a manifestação da instabilidade da relação do sujeito com o objeto, a *passagem ao ato* se inscreve em um modo de relação que exclui o Outro, mas ao mesmo tempo mantêm um vínculo extremamente particular do sujeito com o objeto. Foi assim no caso Aimée. A passagem ao ato teve uma função resolutória em relação ao delírio persecutório, o que não quer dizer que funcione assim em todos os casos de psicose. O delírio manteve Aimée resguardada da presença angustiante do objeto. Quando atuou, ela atacou o objeto do qual se resguardava, encontrando a resolução do seu delírio.

Segundo Tendlarz e García (2009), na perversão a característica da passagem ao ato que a diferencia da passagem ao ato na psicose é que uma fantasia erótica está em jogo na cena, o que faz com que o sujeito eleja como vítima pessoas que obedeçam a uma condição erótica particular. Os mesmos autores apontam que na psicose o que se encontra presente na passagem ao ato é o empuxo ao gozo desarticulado, sem contorno, sem mediação simbólica. É a emergência do gozo próprio das psicoses. Já o neurótico é um criminoso inconsciente, ou seja, sua atuação é através da fantasia, embora o crime possa se tornar real em determinadas circunstâncias. O neurótico, vale salientar, encontra-se sob o julgo da função paterna, submetendo-se assim à lei.

Em qualquer caso, é certo que para a psicanálise importa analisar a implicação do sujeito em relação ao ato, ou seja, a posição subjetiva antes e depois do ato. Aconteceu uma mudança efetiva na posição do sujeito? É o caso se analisar o grau de responsabilidade do sujeito para que seja possível avaliar a adequação de sua resposta ao ato. Santiago (*in. op. cit.*) lembra, com relação a essa questão, que no caso do filósofo Louis Althusser, nos anos que se sucederam ao crime por ele cometido (assassinato da esposa), o próprio Althusser luta para ser julgado como um cidadão comum, ou seja, sem nenhum privilégio. Para Santiago, no caso Althusser existe um esforço do próprio sujeito

para dar consentimento ao seu ato: “Obter da lei dos homens tal veredito é um índice significativo do modo como o sujeito, nesse contexto, responsabiliza-se pelo ato criminal que ele mesmo cometeu” (SANTIAGO, *in. op. cit.* p. 128). Já em outro caso analisado por Santiago (*in. op. cit.*), um rapaz realiza um ato homicida contra o sobrinho, uma criança de apenas um ano, e em seguida desfere golpes de faca contra ele mesmo, o que lhe ocasionou a perda de um testículo. Neste caso, o criminoso não fala sobre o crime a não ser quando interpelado, ao que sempre argumenta legítima defesa, demonstrando as cicatrizes e desfilando inúmeros autores reais e irreais (Adão, Demo etc.) para o crime. No caso desse rapaz, Santiago observa que ocorre o seu não consentimento com relação ao ato cometido. “Um anseio de inocência que só sua psicose pode explicar” (SANTIAGO, *in. op. cit.* p. 129).

A questão do consentimento está relacionada, como é possível notar nos casos do texto de Santiago, com a posição assumida pelo sujeito depois da passagem ao ato. Isso implica na direção que o tratamento pode tomar. Com relação à violência, seja ela atuação, passagem ao ato, enfim, o importante é que seja compreendida como sintoma para que seja possível trazê-la para o dispositivo analítico. E certamente, no momento da atuação violenta, não tem como a psicanálise intervir, ou melhor, não é possível pelo viés da psicanálise se falar em prevenção da violência, tampouco dizer que toda a atuação violenta pode ser tratada pela psicanálise. Mas é possível trazer o tema da violência à discussão e, a partir do consentimento do sujeito que praticou o ato, transformá-lo num sintoma para esse sujeito. Um sintoma que será decifrado *a posteriori* por ter se tornado, pela intervenção do dispositivo analítico, uma questão para o sujeito.

3.4 VIOLÊNCIA E SINTOMA

É importante lembrar que o dispositivo social e o contexto cultural de uma época influenciam a constituição da subjetividade, assim como o discurso que vigora em determinado período é responsável pelo laço social. “A subjetividade de nossa época é tributária do que se convencionou chamar ‘tempos pós-modernos’, nos quais se vive às voltas com a fragilidade da função paterna, em franco declínio” (SILVA JR., 2010, p. 327).

Segundo Besset (2006, *apud* SILVA JR. *in. op. cit.* p. 327): “Partimos do pressuposto de que vivemos um tempo no qual o sujeito se encontra acuado pela violência, pelas guerras, pelo terrorismo, pela segregação, pela perda de ideais sólidos, apresenta-se desorientado, des-norteador”. Isso, aponta ainda Silva Jr. (*in. op. cit.*, p. 327), citando Miller e Laurent (1997), “em função de sua inserção em um contexto sociocultural que não limita, mas muito ao contrário, incita a gozar”.

Cada época tem o seu modo de viver a pulsão, ou seja, na contemporaneidade o sujeito vive a pulsão de outra forma inversa à maneira como a pulsão era vivida até meados do século passado. A proposta do Outro social, antigamente, era a de renúncia à satisfação em troca de uma vida com ideais mais virtuosos. A hipocrisia burguesa era a resposta a esse discurso, e a restrição à satisfação foi indicada por Freud como a causa da neurose e do mal-estar daquela época. Era uma época na qual a satisfação devia ser ocultada e não era permitido se dar a ver o gozo de cada um (GREISER, 2008). O gozo estava velado. Silva Jr. (*in. op. cit.*) cita Miller para apontar que a moral sexual civilizada, calcada nas proibições e inibições da sexualidade, durante aquele período, impelia ao recalque, porém, fornecia uma bússola, uma orientação, pois o lugar da identificação era dado pela função do pai, função essa de interdição, limite e orientação da satisfação almejada.

O mal-estar atual é diferente do mal-estar descrito por Freud naquela época, já que o Outro social tem outra proposta. A proposta não é mais a de renúncia ao gozo, mas, ao contrário, é a de uma promoção do gozo, ou melhor, a de um empuxo ao gozo que deve, segundo Greiser (*in. op. cit.*), ser inclusive exibido. De um discurso que propunha velar o gozo, o Outro social passa a vociferar - Goza! E esse empuxo ao gozo se tornou a causa do mal-estar atual. Enquanto na época chamada vitoriana, onde o gozo era velado, o Outro social era a encarnação do supereu freudiano, guardião da moral e promotor da identificação do eu com o ideal do eu, via Complexo de Édipo, na contemporaneidade o Outro social continua sendo a encarnação do supereu, porém, de um supereu na perspectiva lacaniana.

Nessa perspectiva, o supereu continua dominante, mas diferentemente de Freud, Lacan o concebe como a inscrição arcaica de uma imagem materna onipotente, que marca o fracasso ou o limite do processo de simbolização. Nessas condições, o supereu encarna a falha da função paterna e esta, por conseguinte, é situada do lado do ideal do eu (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 746).

Silva Jr. (*in. op. cit.* p. 328) aponta: “Os sujeitos apresentam-se marcados por um vazio identificatório, à mercê das exigências culturais que impõem não mais uma economia do desejo a partir do recalque, mas uma satisfação imediata”.

Miller (2005) chama o discurso atual de discurso hipermoderno, e o define como sendo o discurso em que o Ideal não comanda o sujeito, pois o que está no comando com relação ao sujeito são os objetos de consumo. No discurso hipermoderno, indica Miller (*in. op. cit.*), o sujeito se encontra dividido não por não alcançar o Ideal, mas por não alcançar o gozo.

Por sua vez, Greiser (*in. op. cit.*) lembra que Lacan chamou de discurso capitalista aquele discurso que promove um sujeito insatisfeito e dividido, mas não dividido pelo inconsciente e sim pelo mercado de consumo. Segundo a autora, para Lacan foi Marx o inventor do sintoma por ter sido ele o responsável pela forma discursiva dada ao mal-estar

do assalariado. Na elaboração teórica de Marx é o capitalista quem permanece com a mais-valia do trabalho do assalariado. O idealismo de Marx o levou a pensar que poderia resolver essa desigualdade distributiva. Ao que Marx chamou de mais-valia, Lacan chamou de mais-de-gozar. O mais-de-gozar, ou o *plus* de gozo seria a recuperação de um gozo perdido inerente ao sujeito falante, ou seja, a recuperação de algo que ficou fora da simbolização. A busca pelo mais-de-gozar é característica da sociedade contemporânea, que através do consumo tenta atingir a satisfação plena.

Essa busca pela satisfação plena é a tônica do discurso capitalista que incide sobre a subjetividade promovendo um tipo de satisfação que não passa pelo Outro e onde o sujeito permanece num gozo autista, o que, segundo Greiser (*in. op. cit.*) gera cada vez mais sintomas sociais.

Greiser (*in. op. cit.*) aponta que Lacan definiu o sintoma como o modo particular que tem cada sujeito de gozar de seu inconsciente. Porém, conclui a autora, quando esse gozo não passa pelo Outro, tem-se o sintoma social, quer dizer, quando se rompe o laço social, quando se anula esse laço que é o laço do sujeito com o Outro do inconsciente, instala-se o sintoma social. Por isso é possível dizer, segundo Greiser, que o mal-estar contemporâneo se traduz na destruição desse laço, na descrença no inconsciente.

Silva Jr. (*in. op. cit.* p. 329) aborda a questão da violência como sintoma apontando que:

A busca pelo gozo sem limites não funciona mais como o excêntrico, o que estaria fora da norma, mas se impõe como a própria norma, como uma nova regra. Nesse sentido, acreditamos poder situar a violência como um sintoma, tanto social quanto subjetivo. Algo que atravessa o sujeito sem que ele o saiba, provocando mal-estar e impelindo-o à repetição e à insistência, tal como o sintoma definido por Freud (1974[1926]).

Silva Jr. (*in. op. cit.*) propõe uma distinção entre sintoma social e sintoma subjetivo: “O sintoma social seria algo que perturba a ordem social estabelecida, na qual há a aparência de certa homogeneidade”. Dessa forma, o sintoma social é uma categoria

coletiva a que estariam vinculados predicados coletivos, como é o caso, diz o autor, quando se fala que a sociedade atual é mais violenta.

Por outro lado, também é possível entender a violência como um sintoma subjetivo por meio da noção lacaniana de sintoma como a emergência da verdade que concerne ao desejo e ao gozo próprio de cada um (SILVA JR., *in. op. cit.*).

Conclui o autor acima citado que “Assim, a violência como sintoma supõe uma ordem estabelecida da qual emerge aquilo que não anda bem, impedindo a felicidade buscada pela via do prazer e desvelando o mal-estar a que os sujeitos estão submetidos na civilização”.

3.5 VIOLÊNCIA: UM GOZO NÃO BALIZADO PELO SIMBÓLICO

Diante do que foi visto até agora no presente trabalho é possível concluir que o declínio da ordem simbólica representada pela lei universal inscrita pelo significante o Nome-do-Pai é característica da contemporaneidade onde então o sujeito não encontrando limite para o gozo permanece “desnortado”, “desbussolado”, “sem gravidade”, procurando “gozar a qualquer preço” (MELMAN, 2008). A inexistência do Outro como o lugar de referência e a predominância e sustentação de um novo discurso (ou por que não chamar de antidiscurso, já que o discurso é o que faz laço social) que é o discurso hipermoderno onde estão conjugados a verdade da ciência e o consumo dos objetos de gozo do capitalismo são, segundo a observação de vários autores citados no presente estudo, os responsáveis por esse contexto de degradação. Também foram apontadas as consequências que o declínio da ordem simbólica trouxe para o sujeito contemporâneo. Segundo, por exemplo, Greiser (*in. op. cit.*), as neuroses atuais ou novos sintomas são uma resposta ao declínio da autoridade na qual já não se crer, ou seja, o pai e o inconsciente.

Entre os novos sintomas, Silva Jr.(*in. op. cit.*) localiza a violência. Greiser (*in. op. cit.*) acrescenta que ao declinar a função do veto paterno, encontramos com as premissas de Lacan: cada vez mais patologias do ato, violência e sujeitos em conflito com a lei. A ditadura já não é a do pai que encarnava as proibições, mas é uma ditadura do gozo.

Silva Jr. (*in. op. cit.*) indica que para a psicanálise o gozo não se confunde com o prazer. O prazer é uma barreira contra o gozo (LACAN *apud* SILVA Jr., *in. op. cit.*). O gozo sempre se manifesta como um excesso em relação ao prazer, portanto, pode haver no prazer alguma modalidade de gozo, porém nem todo gozo leva ao prazer, pois este, o gozo, pode culminar com a dor, sem contar que o sujeito pode gozar de algo que lhe proporcione desprazer e não prazer. Existe, portanto, nesse tipo de satisfação pulsional, um caráter paradoxal que já fora apontado por Freud, conforme salienta Silva Jr.(*in. op. cit.*). Quando a satisfação vai além do princípio do prazer mostra-se estranha e paradoxal, pois ultrapassou o limite do princípio do prazer, cuja função se encontra ligada a Eros, portanto, à vida. Pela via do prazer se constituem os laços de coesão e amor. Quando a satisfação está ligada à pulsão essencialmente humana, ou seja, ao além do princípio do prazer, encontra-se relacionada a Tânatos, como destruição, que tende à morte. Silva Jr. (2007, p. 61) questiona apropriadamente: “Como o sujeito pode manejar o gozo se, por definição, o acesso a ele lhe é impossível, barrado que está pelo princípio do prazer e, ao mesmo tempo, proibido pela lei que regula o desejo?” A lei à qual o autor se refere é a lei da interdição do incesto e que, como foi visto no presente trabalho, é consubstancial às leis da linguagem. Assim, como também foi visto no presente trabalho, numa releitura de Freud, Lacan propôs a metáfora paterna como significante representante da lei da interdição do incesto que se sobrepôs ao significante enigmático do desejo da mãe. Dessa forma o gozo permaneceu velado. Porém, ao mesmo tempo em que o gozo era barrado pela palavra, aponta Silva Jr. (*in. op. cit.* p. 61), “só começa a existir e a interessar, causar alguma coisa

ao sujeito, a partir do momento em que se tem acesso à linguagem e a fala. Nesse sentido, pelo ato da palavra, o gozo sofrerá uma profunda modificação.” Uma modificação resultante da articulação desejo-lei a que Lacan, ao introduzir a noção de gozo de modo conceitual em seu ensino, chamou de gozo fálico, e mais tarde gozo masculino.

Silva Jr. (*in. op. cit.*,) diz que com o termo *gozo* Lacan faz uma economia conceitual considerável porque evoca todas as modalidades daquilo que Freud descobriu em relação aos paradoxos da satisfação pulsional, ou seja, o desprazer, a insatisfação, a dor, o masoquismo erógeno, a libido etc. Lembra o autor a elaboração realizada por Lacan de um objeto topológico em forma de anel, do qual já fizera uso anteriormente no seu escrito *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. Esse objeto evoca a forma tridimensional de um toro¹⁷ e é utilizado para demonstrar a presença/ausência sem fim do significante. Sobre esse anel Lacan situa o sistema de representações simbólicas e imaginárias do sujeito e no seu espaço central ele situa a Coisa (*Das Ding*), objeto impossível, fora da significação. A coisa é o objeto para sempre perdido e o gozo consiste na busca de ultrapassar os limites do princípio do prazer em direção ao objeto.

O objeto perdido é a mãe. (...) É porque a mãe é perdida e interdita que o sujeito deseja outra coisa. A ação do significante é que barra a Coisa, tal ação dá suporte à lei que se veicula no desejo. O significante presentifica a ausência da Coisa como o lugar de um furo, de um nada a preservar. Esse furo marca a possibilidade do desejo na medida em que o desejo se origina de uma falta-a-ser do sujeito. Esse é o princípio da castração (SILVA JR. *in. op. cit.* p. 63).

No momento em que Lacan formula as primeiras questões sobre o gozo no *Seminário 7 - A ética da psicanálise* (1959-1960/1991), a primazia no seu ensino ainda é concedida a instância do Simbólico. O Outro é definido como o lugar do significante onde o desejo se articula com a lei. E é a submissão do desejo à lei que se constitui em uma defesa contra o gozo. Assim, para se alcançar o gozo, é necessário transgredir a lei. Porém,

¹⁷ “O toro é uma superfície sem borda, superfície fechada de uma única face, engendrada pela rotação de um círculo gerador. (...) O toro comporta dois vazios, o vazio central e o vazio ‘interior’, ou gerador, que permite traçar dois tipos de trajeto irredutíveis.” (KAUFMANN, *apud* SILVA Jr. *in. op. cit.*).

a transgressão da lei é o acesso a um excesso de gozo em uma ultrapassagem do limite instituído pelo princípio do prazer, o que implica no fato de que o além do princípio do prazer é incompatível com a vida. “Lacan afirma que a lei, relativa ao significante, se sustenta sobre a lei do princípio do prazer barrando o gozo ao sujeito.” (SILVA Jr., *in. op. cit.*, p. 64).

Em seu primeiro ensino, quando Lacan faz uma releitura do Édipo freudiano, o Nome-do-Pai como o significante que incide sobre o significante enigmático do desejo da mãe opera um apagamento de todo o gozo implicado no Édipo.

Silva Jr. (*idem*) diz que “ao perceber que nem tudo é significante, Lacan é levado a introduzir a noção de gozo de modo conceitual em seu ensino”. Isso ocorreu, como foi visto, com a formulação da Coisa (*das Ding*) como objeto impossível, fora do significado.

Mais tarde, no *Seminário 20 - Mais, ainda*, Lacan (2008/1972-1973) formula o conceito de gozo. Inicia sua explanação falando da relação do termo gozo com o mesmo termo empregado na área jurídica. O direito utiliza a palavra gozo ao se referir ao instituto jurídico do usufruto para dizer que o sujeito de direito pode usufruir o bem, mas sem gastá-lo totalmente. “Quando temos usufruto de uma herança, podemos gozar dela, com a condição de não gastá-la demais. É nisso mesmo que está a essência do direito - repetir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo.” (LACAN, *in. op. cit.*, p. 11). Então, Lacan lança a questão: “O que é o gozo? Aqui ele se reduz a ser apenas uma instância negativa. O gozo é aquilo que não serve para nada.” (*idem*). Paradoxalmente, Lacan teria dito nos seus escritos *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960/1998, p. 834) ao se referir ao gozo: “é aquele cuja falta tornaria vão o universo”.

Silva Jr. diz, a respeito do conceito de gozo instituído por Lacan:

Seu estatuto de não servir para nada assinala sua inutilidade a serviço dos bens, ao mesmo tempo em que, sendo algo que excede, é sempre incontável, não contabilizado, está sempre escoando, se esvaindo, nunca é apreendido porque nunca é o bom gozo. Não se compartilha, nem é colocado a serviço das trocas

simbólicas. Ele é algo que se opõe à adaptação e à harmonia, trabalha na contramão da homeostase e do bem-estar e se coloca na vertente da repetição: repetição de uma satisfação paradoxal. (SILVA JR., in. op. cit., p. 62).

Ressalta ainda Silva Jr. (in. op. cit.) que Lacan aponta que o gozo obtido não é o gozo devido, ou seja, existe sempre uma defasagem entre o gozo esperado e o gozo obtido. “Para Lacan, a função do princípio do prazer consiste em transportar o sujeito de um significante a outro, a fim de tamponar todo excesso de gozo, numa tentativa de deter o gozo pelo significante. No entanto há um resto.” (SILVA JR., in. op. cit., p. 64).

Silva Jr. (in. op. cit.) cita Miller para dizer que a significantização do gozo é o segundo dos seis paradigmas do gozo apresentados por Lacan durante o seu ensino. É a significantização do gozo o paradigma que sustenta, por exemplo, o *Seminário 5 - As formações do inconsciente*. No *Seminário 7* o que Lacan apresenta sobre o gozo é o terceiro paradigma - o gozo impossível. Esses dois paradigmas juntos, ou seja, nessas duas concepções de gozo apresentadas por Lacan existe “uma tentativa de se fazer seu apagamento pelo significante a partir da primazia do simbólico. Nessa concepção o corpo não entra a não ser como morto.” (SILVA JR., in. op. cit., p. 65).

Ao citar outra vez Miller, Silva Jr. (in. op. cit.) diz que a primazia instituída por Lacan ao registro simbólico além de mortificar o corpo pelo significante (e nem tudo é significante) elide toda uma tradição freudiana relativa à pulsão. Para resolver essa questão, segundo Silva Jr. (in. op. cit.), Lacan então propõe a conceitualização do objeto *a* como objeto condensador de gozo que, além de objeto causa de desejo, surge também como *mais-de-gozar*, lugar de recuperação de gozo, como demonstra no *Seminário 16 De Um Outro ao Outro* (1968-1969).

No seu *Seminário 13 - O objeto da psicanálise*, lição de 27 de abril de 1966 (apud SILVA JR., in. op. cit. p. 65), Lacan expôs: “O que nos indica o princípio do prazer, se há um temor, é o de gozar, sendo o gozo uma abertura em que não se vê o limite. De qualquer

forma que se goze, bem ou mal, só a um corpo cabe gozar ou não gozar.” Dessa forma, o gozo diz respeito ao corpo e não há como se falar de gozo sem considerar a existência de um corpo vivo que goza. Silva Jr. (*in. op. cit.*) lembra que a questão de só haver gozo do corpo remete à teoria freudiana das pulsões, onde só a pulsão permite ao ser falante chegar à satisfação, ou seja: “O que é da ordem do gozo assinala o ponto em que o vivo (o corpo) pactua com a linguagem (com o significante)” (SILVA JR. *in op. cit.* p.66). O gozo então atesta a articulação entre o significante e o corpo.

O \$ quer dizer o corpo mortificado. Pois bem, há gozo, inclusive o gozo residual do mais-de-gozar e, para que haja mais-de-gozar, é necessário o corpo, o corpo vivente. A tudo o que, no ensino de Lacan, faz repercutir que o significante mata o gozo, há que opor-lhe que o significante produz o gozo sob as espécies do mais-de-gozar. (...) o significante não tem em primeiro lugar um efeito de mortificação sobre o corpo, que o essencial é que é causa de gozo e que se trata então de pensar a união do significante e do gozo, que o significante tem uma incidência de gozo sobre o corpo. Lacan o elabora em seus Seminários próximos ao Seminário 20. Privilegia o efeito de gozo do significante, não o seu efeito de mortificação. (MILLER, 1998/2001, *apud* SILVA JR., *in. op. cit.*, p. 66).

Durante seu ensino, o desenvolvimento do conceito de gozo por Lacan o levou a denominar várias modalidades de gozo, como o gozo fálico, o gozo do Outro, o gozo do corpo, o gozo do Um, o gozo feminino, ou dito suplementar, distinto do gozo fálico que seria o gozo masculino. Esta última conceituação ocorreu a partir da elaboração por Lacan da sua teoria do processo da sexuação, que exprime por meio de um conjunto de fórmulas lógicas. Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 300), o desenvolvimento da teoria da sexuação de Lacan ocorreu “a partir do seminário do ano de 1969-1970 (*O avesso da psicanálise*), até o ano de 1972-1973 (*Mais ainda*), passando por *De um discurso que não fosse semblante* (1970-1971) e por *...Ou pior* (1971-1972)”.

Com relação ao tema do presente trabalho, ou seja, a violência em sua relação com o declínio do significante Nome-do-Pai, o que é preciso apreender com relação à concepção de gozo na teoria lacaniana é o seu caráter de excesso, daquilo que transborda e que está relacionado ao mais-além do princípio do prazer, portanto, também à pulsão de

morte. Nesse sentido, a violência é algo que ultrapassa o balizamento fálico, o limite dado pela operação da castração realizada via função paterna, ou seja, o limite dado pelo significante o Nome-do-Pai. “A violência como gozo, como excesso pulsional, faz romper esse limite e se mostra como um esgarçamento do tecido simbólico. Se ela é algo que insiste, se repete, está presente em todas as épocas, ‘não cessa de se escrever’(LACAN, 1972-1973), ela é um sintoma assim como ‘o sintoma é gozo’ (idem, 1962-63)” (SILVA JR. *in. op. cit.* p. 68).

Ao mesmo tempo em que a submissão do sujeito ao significante propicia uma renúncia ao gozo, do que se pode dizer que o sujeito padece da linguagem, também é exatamente o significante, que ao promover essa perda traumática que é traduzida como um furo no simbólico, que instaura os diferentes modos de acesso ao gozo particular a cada sujeito. Isso significa que só existe gozo pela incidência do significante. É a perda de gozo constitutiva de cada sujeito que o coloca nas vias das produções culturais, podendo ter acesso à cultura como um ser simbólico. O que ocorre na contemporaneidade é que o discurso capitalista copulado com o discurso da ciência propõe a recuperação total do gozo mediante os objetos oferecidos para o consumo. “Em outras palavras, podemos dizer que se trata de uma oferta maciça de gozo como tentativa de obturar o furo no simbólico que permite ao sujeito desejar.” (SILVA JR., *in. op. cit.*, p. 69).

Mas, na sociedade contemporânea, considerada uma sociedade democrática e de direitos individuais, onde todos são iguais perante a lei, “O direito não é o dever. Nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo do gozo – *Goza!*” (LACAN, 1972-1973/2008, p. 11). Então, ao invés de um gozo balizado pela Lei simbólica, pacificadora, o que é possível observar na contemporaneidade é a submissão do sujeito à Lei insensata e tirânica do superego.

A noção de supereu surge pela primeira vez na obra de Freud no texto intitulado *O ego e o id* (1923/1996), marcando a báscula da segunda tópica de Freud. No referido texto Freud elabora a noção do supereu como sendo uma instância psíquica punitiva, reguladora, que se comporta essencialmente como sentimento de culpa ou como crítica. Freud marca ainda nesse trabalho as relações do supereu com a pulsão de morte, referindo-se ao sadismo, onde encontra subsídios para explicar o componente autodestrutivo do supereu que se volta contra o eu. No texto em questão Freud realiza a classificação das três instâncias psíquicas - o eu, o isso e o supereu. Para ele, o isso é totalmente amoral, o eu é caracterizado como aquela instância que se esforça por ser moral e o supereu é classificado como supermoral, tornando-se por isso tão cruel quanto somente o isso pode ser.

Freud diz: “o supereu é o herdeiro do complexo de Édipo” (FREUD *apud* BARRETO, 2001, p. 45). Campos (2009), em sua pesquisa de mestrado, aponta algumas vacilações que aparecem nos textos freudianos acerca da noção de supereu. Primeiramente, cita Freud para demonstrar a duplicidade atribuída pelo autor ao supereu que, embora tenha a função de reprimir o complexo de Édipo, deve a este a sua existência.

Para realizar isso, tomou emprestado, por assim dizer, força ao pai, e este empréstimo constitui um ato extraordinariamente momentoso. O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência (*conscience*) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa (FREUD, 1923, p. 49 *apud* CAMPOS, 2009, p. 82).

Em seguida, Campos (*in. op. cit.*) salienta que Freud algumas vezes apresenta a noção de supereu como integrante do eu e outras vezes como entidade separada.

Contudo, se o eu e o isso não são noções que devem se manter rigidamente separadas, segundo a segunda tópica freudiana, o supereu se apresenta como mediador entre essas duas instâncias, ao mesmo tempo em que castiga o eu e se aproxima do isso. Ora essa instância aparece como parte do eu, ora como parte do isso (CAMPOS, *in. op. cit.* p. 83).

Para Campos (*in. op. cit.*) também fica evidente que no texto de 1923 Freud não consegue realizar uma distinção clara entre o supereu e o ideal do eu, o que somente ficará

esclarecido posteriormente, em 1933, no texto *A dissecção da personalidade psíquica*, que compõe o trabalho *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise*. Segundo Campos (*in. op. cit.*), Freud realiza uma separação mais clara entre o supereu e o ideal do eu, atribuindo ao supereu a função de “veículo do ideal do eu” (FREUD, 1933, p. 84, *apud* CAMPOS, *in. op. cit.*, p. 91), “cuja exigência por uma perfeição sempre maior esforça-se sempre por cumprir.” (CAMPOS, *in. op. cit.* p. 91). É através do ideal do eu que o eu é estimulado e que também se avalia. “Não há dúvida, afirma Freud, de que esse ideal do eu é o precipitado da imagem dos pais, a expressão da admiração pela perfeição que a criança lhes atribuía” (FREUD, 1933, p. 84, *apud* CAMPOS, *in. op. cit.*).

Campos (*in. op. cit.*) observa com propriedade que a noção inicial de supereu, que marca o início da segunda tópica freudiana e que poderia ser destacado como sinônimo de consciência, no final da formalização freudiana sobre essa instância é ampliada. Campos (*in. op. cit.*) lembra que Freud utiliza a expressão “caldeirão cheio de agitação fervilhante” para se referir ao isso, por considerar essa instância como sendo da ordem de um caos. O isso passa a ser considerado por Freud como a base arcaica para o supereu. E mesmo sendo o herdeiro do complexo de Édipo, o supereu mantém íntimas relações com o isso, impingindo ao eu todo tipo de crueldade.

O supereu retira toda a energia caótica do ‘caldeirão cheio de agitação fervilhante’ do isso para subjugar o eu. Suas exigências se dão sob a forma de um imperativo impossível de ser satisfeito, o que vai corroborar posteriormente com o que Lacan postula sobre a tirania do supereu (CAMPOS, *in. op. cit.* p. 91).

Em sua constante investigação acerca da noção de supereu, Freud deixa pistas que permitem vislumbrar, como demonstrou Campos (*in. op. cit.*), um supereu arcaico, anterior ao Édipo e à inscrição da Lei do pai, porém, é preciso destacar que o próprio Freud (1933, p. 83, *apud* CAMPOS, *in. op. cit.* p. 92) confessou não se sentir seguro quanto à compreensão exata da noção de supereu. De qualquer forma, vale salientar que o supereu freudiano é o representante da moralidade e da autoridade paterna, fundamenta-se no mito

e, como instância crítica, está a serviço da civilização, com a função de moldar o eu às suas exigências.

Lacan (*apud* BARRETO, *in. op. cit.*) comenta a propósito do supereu freudiano: “atenhamo-nos ao supereu edipiano. Que ele nasça no declínio de Édipo quer dizer que o sujeito incorpora sua instância (proibidora)”. Assim, inicialmente, Lacan não se afasta muito da formulação freudiana de *O ego e o id* (1923), e “sustenta que o ideal do eu teria a função de idealização, enquanto o supereu suporia uma proibição” (CAMPOS, *in. op. cit.* p. 94). Lacan trata da noção de supereu em diversos dos seus seminários, como também em seus Escritos, embora em 1971, no *Seminário 18 - De um discurso que não fosse semblante* (2009) tenha anunciado que a única coisa da qual não teria tratado durante o seu ensino tenha sido do supereu. “A frase parece ter um tom irônico, o que não seria de se estranhar, em se tratando de Lacan”, afirma Campos (*in. op. cit.* p. 93).

Na realidade, salienta Campos (*in. op. cit.*), Lacan traz na sua primeira clínica, quando apresenta a sua tese de doutorado (o caso Aimée), uma clínica que trata do crime do supereu, no caso, uma história de paranoia de autopunição. No relato de Lacan “o supereu aparece como sendo o causador de todo o sofrimento de sua paciente, e fornece os elementos subjacentes ao ato criminoso”. (CAMPOS, *in. op. cit.*, p. 92). No caso Aimeé já é possível vislumbrar uma noção de supereu ligada não ao supereu edipiano, mas a prevalência do som da vociferação parental, característica do supereu lacaniano, como será visto mais adiante.

Segundo Campos (*in. op. cit.*), Miller destaca a importância do texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade* (1960/1998) porque nele Lacan elabora importantes formulações acerca da noção de

supereu. No texto citado Lacan responde à intervenção realizada por Lagache¹⁸ no Colóquio de Royaumont em julho de 1958. Discute a noção de estrutura e trata da segunda tópica freudiana em seu conjunto, para encerrar o texto em sua parte IV que intitula *Por uma ética*. Lacan inicia essa última parte do texto dizendo “Reservei-me, para concluir, a estrutura do Supereu.” (LACAN, 1960/1998, p. 690)]. E depois: “E descobrir que o Supereu, em seu imperativo íntimo, é de fato ‘a voz da consciência’(...)” (LACAN, *in. op. cit.*, p. 691).

Até o *Seminário 4* Lacan traz a noção de supereu caracterizado como núcleo permanente da consciência moral, mas é ainda nesse seminário, segundo Campos (*in. op.cit.*) que ele começa a indicar a concepção do supereu fundada nas primeiras escutas do sujeito-escuta de significantes sem sentido que depois lhe retornam na forma da voz do supereu. Essa perspectiva será ampliada no *Seminário 10* (1962-1963), quando Lacan acrescenta aos objetos freudianos, o olhar e a voz.

No *Seminário 5 - As formações do inconsciente*, Lacan deixa indícios da elaboração do supereu não apenas como uma instância permanentemente ligada à consciência moral, com uma função organizadora, a serviço da Lei simbólica, mas de um supereu cuja função é a de Lei perturbadora, insensata, porque é “ainda mais exigente”, “mais opressivo”, “mais devastador”, “mais insistente” (LACAN, 1957-1958/1999, p.167).

a ideia da neurose sem Édipo é correlata do conjunto das perguntas formuladas sobre o que se denominou de supereu materno. No momento em que foi levantada a questão da neurose sem Édipo, Freud já havia formulado que o supereu era de origem paterna. Houve então quem se interrogasse: será que o supereu é mesmo unicamente de origem paterna? Não haverá na neurose, por

¹⁸ “Como Sacha Nacht, Françoise Dolto, Maurice Bouvet e muitos outros, Daniel Lagache pertencia à segunda geração psicanalítica francesa. Na história da psicanálise na França, desempenhou um papel importante, ao mesmo tempo como herdeiro de Pierre Janet, no campo da psicologia clínica, e como introdutor da psicanálise na universidade. Contra Nacht, que preconizava o vínculo da psicanálise com a medicina, e contra Lacan, que queria desvincular a psicanálise da psicologia, através do retorno rigoroso aos textos freudianos, foi o artífice da separação entre a filosofia e a psicologia, e da síntese entre esta e a psicanálise. Tornou-se assim, pela universidade, o líder de uma corrente favorável à análise leiga (ou *Laïenanalyse*), mas que permitia principalmente o acesso dos psicólogos à profissão de psicanalistas. (...)” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 456).

trás do supereu paterno, um supereu materno ainda mais exigente, mais opressivo, mais devastador, mais insistente? (LACAN, 1957-1958/1999, p. 167).

Conforme explica Barreto:

Diferentemente do supereu edipiano, o supereu materno deriva do trauma primitivo sofrido pela criança, quando suas fantasias fazem-na escutar a voz de um adulto como uma imposição cruel e dilacerante. O sentido da fala proibidora se perde, prevalecendo o som da vociferação parental. Domicílio sonoro que se converte na sede do supereu tirânico (BARRETO, 2001, p. 47).

Ainda segundo a explicação de Barreto (*in. op. cit.*), falar em supereu materno é também tratar de uma Lei. A lei também como significante unário (S1), significante legislador. Legislador de uma lei insensata “muito próxima do desejo caprichoso da mãe, do desejo sem lei da mãe, antes de ser metaforizado e dominado pelo Nome-do-Pai”. (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 47).

O supereu materno, elaboração lacaniana, encontra fundamento no próprio texto freudiano quando Freud, no texto de 1923, *O ego e o id*, disse que o supereu pode ser supermoral e tornar-se tão cruel quanto somente o isso pode ser. Mas, é em *O mal-estar na civilização*, como bem aponta Barreto (*in. op. cit.*), que Freud traz as contribuições mais decisivas em torno da gênese do supereu. Barreto diz, se referindo ao texto freudiano, que a renúncia à pulsão, em um primeiro momento, se faz frente a uma autoridade externa, que ameaça com perda de amor e castigo. Em um segundo momento, surge a organização do supereu como uma autoridade interna e a renúncia à pulsão nesse segundo momento se deve ao medo dele. Em um terceiro momento surge o paradoxo, pois acontece que cada renúncia à pulsão, ao invés de aplacar, aumenta a severidade do supereu, ou seja, ao mesmo tempo em que o supereu exige a renúncia à pulsão, esta renúncia engorda o supereu. “É o que Lacan, em *Televisão*, chama de ‘a gula do supereu’” (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 47).

Barreto (*in. op. cit.*) cita Miller quando este comenta que a renúncia à pulsão não é a renúncia ao gozo. Se não há renúncia, o sujeito goza; se há, o sujeito goza de renunciar. Ou

goza desde o isso ou goza desde o supereu. Não tem escapatória, isso e supereu são duas instâncias que se encontram a serviço do gozo. Ainda citando Milller, Barreto diz, com relação ao supereu, que ele é um dos nomes do inconsciente; não o inconsciente divertido, o inconsciente como surpresa, mas o inconsciente repetitivo, o inconsciente como lei. “Visa um bem para o sujeito que não coincide com o seu bem-estar, ou seja, o gozo como bem que se traduz por mal-estar, quando não se confunde com a dor.” (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 45).

Campos (*in. op. cit.*, p. 102) faz menção à segunda lição do *Seminário 6 - O desejo e sua interpretação* (1958-1959) para apontar que Lacan cita Freud, dizendo que este descobriu o discurso primitivo, puramente imposto e, ao mesmo tempo, marcado por uma arbitrariedade básica do significante, como um Isso que continua falando: o supereu.

No *Seminário 20 - Mais, ainda* Lacan (1972-1973/2008, p. 11) afirmou: “o supereu é o imperativo do gozo – Goza!”. Segundo Barreto (*in. op. cit.*, p. 47), “Exortação de gozo absoluto, puro. Imperativo que equivale a uma interdição, pois se trata de um gozo impossível”.

Diante da noção de supereu encontrada nos ensinamentos de Freud e depois no ensino de Lacan é possível verificar que em Freud o supereu corresponde ao declínio do complexo de Édipo, ou seja, é um supereu paterno, ligado a uma lei ordenadora do gozo, lei simbólica. Com Lacan, verifica-se uma ampliação dessa noção, e se localiza um supereu materno, que também tem um estatuto de lei, porém de uma lei insensata que dita um imperativo de gozo. Assim, “enquanto o supereu paterno é uma função coordenada ao desejo, o supereu materno é uma função coordenada ao gozo”. (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 47).

Com o declínio da ordem simbólica que é representada na psicanálise pelo significante o Nome-do-Pai, sobretudo em consequência da inversão ocorrida na ordem do

discurso, novas constituições subjetivas surgiram e com elas novos sintomas, dentre os quais situamos a violência e falar da violência como um gozo não balizado pelo simbólico implica em admitir que na contemporaneidade:

A busca pelo gozo sem limites não funciona mais como o excêntrico, o que estaria fora da norma, mas se impõe como a própria norma, como uma nova regra. Nesse sentido, acreditamos poder situar a violência como um sintoma, tanto social quanto subjetivo. Algo que atravessa o sujeito sem que ele o saiba, provocando mal-estar e impelindo-o à repetição e à insistência, tal como o sintoma definido por Freud (1974[1926]) (SILVA JR. *in. op. cit.* p. 329, grifo nosso).

Isso significa que o supereu paterno, ordenador do gozo, cedeu seu espaço, já que o significante o Nome-do-Pai declinou a um supereu materno, que impõe um gozo sem limites, ou seja, que “é uma função coordenada ao gozo”. (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 47).

Quando Silva Jr. fala que a nova regra é o excêntrico, é estar fora da norma, parece se referir à norma simbólica, que antes era a regra. Ao gozo fálico, limitado pelo supereu paterno correspondente do complexo de Édipo e correlativo da neurose. Na atualidade a norma é estar fora da norma, ou seja, a foraclusão. A norma é a busca por um gozo sem o limite fálico instituído no declínio do complexo de Édipo. Daí surge uma questão que é bem colocada por Barreto (*in. op. cit.*). Se o supereu paterno, correspondente ao declínio do complexo de Édipo, é nitidamente o correlato da neurose e o supereu materno é originário da foraclusão, numa exortação de gozo absoluto, este, ou seja, o supereu materno seria correlativo da psicose ou haveria lugar para ele na neurose? Sim, porque se a correlação do supereu materno for apenas com a psicose estaremos diante de uma sociedade onde a psicose seria a estrutura predominante?

Essa questão fica bem elucidada no texto escrito por Barreto (*in. op. cit.*), que explica que é preciso fazer uma aproximação de noções como *desejo da mãe* como função sem freio, *supereu feminino* e *gozo feminino* para que seja possível a compreensão da questão. Cita Miller para dizer que a existência ou não do supereu feminino sempre trouxe problemas para a psicanálise porque é uma máscara da questão essencial do gozo feminino

e coloca que é a histérica quem pode ajudar a entender porque o supereu feminino trouxe tantos problemas para a psicanálise: “ela não se contenta com desejar. Seu desejo está insatisfeito porque ela busca um gozo absoluto, não aceita a redução do gozo ao semblante fálico. O supereu é, precisamente, esse apelo ao gozo puro, não civilizado pelo significante.” (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 48).

Embora o gozo feminino seja esse gozo não freado pelo falo, é preciso lembrar que as mulheres não estão privadas do gozo fálico, portanto elas experimentam um “bi-gozo”. “E podemos concluir que a exortação de gozo absoluto existe também na neurose, o supereu situando-se exatamente na conjunção do real com o simbólico” (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 48). Ou seja, embora exista um declínio do Nome-do-Pai na contemporaneidade e a presença de um superego que incita ao gozo, não ocorre a forclusão característica das psicoses, porque apesar de o psicótico, assim como o sujeito contemporâneo, buscar a experiência de um gozo sem limites, na psicose a forclusão anula a significação fálica, enquanto que o supereu que incita ao gozo identificado no sujeito contemporâneo é da ordem do feminino, do que Lacan apontou “com o *não-todo* no que se refere ao gozo fálico” (LACAN, 1972-1973/2008, p. 14). Ainda com Lacan: “É por isso que o superego, tal como apontei a pouco com o *Goza!*, é correlato da castração.” (*Idem*).

Barreto (*in. op. cit.*, p. 50) diz que essa dicotomia supereu paterno/supereu materno pode ser ultrapassada mediante uma leitura que considere os três registros elaborado por Lacan. “O foro da lei do pai ou o agente da lei do pai é o supereu em sua dimensão simbólica. A figura obscena e feroz é o supereu em sua dimensão imaginária. E a lei insensata aponta para o supereu como gozo, isto é, em sua dimensão real.”

Com o declínio da ordem simbólica, o supereu em sua dimensão simbólica, ou seja, como agente da lei do pai também declinou. Na sociedade contemporânea o Outro social coloca a seu serviço o supereu em sua dimensão real, como gozo. Para isso o imaginário é

convocado e inflado através de um excesso de imagens cuja função é o empuxo ao gozo criando uma “sociedade escópica” (QUINET, 2002, p. 280), “a sociedade do espetáculo” descrita por Guy Debord, ou ainda a “sociedade disciplinar”, tal como formulou Foucault, segundo Silva Jr. (*in. op. cit.*). De acordo com o pensamento desses autores, diz Silva Jr. (*in. op. cit.*, p. 38) que “o olhar retorna sobre a civilização contemporânea trazendo o gozo do espetáculo que conjuga, nessa exibição, o imperativo do supereu, uma vez que implica em um empuxo ao gozo escópico como um comando de dar-a-ver.”- Veja!. Tudo é exibido, compartilhado, nas redes sociais. Há uma preocupação constante com a aparência, numa cultura do narcisismo como uma tentativa de velar a falta e negar a castração. Silva Jr. (*in.op. cit.*) considera a possibilidade de pensar essa questão como um desligamento em relação ao Outro simbólico, reforçando o voltar-se sobre o eu e principalmente sobre o corpo como objeto narcísico primário. O corpo, diz ele, em suas duas dimensões: a dimensão imaginária, como investimento narcísico, e na dimensão real, como lugar de gozo. O risco disso reside, ainda segundo Silva Jr., na convergência entre o narcisismo e a pulsão de morte. A pretensão narcísica da coincidência absoluta com o ideal de beleza e perfeição sem furo embota o sujeito do desejo.

Quando isso adquire uma intensidade maior, torna-se sintoma do mal-estar característico de nossa época, produzindo um vazio na ex-sistência e um sentimento insuportável de já não mais ex-sistir como sujeito. Vive-se uma vida marcada pelo isolamento, pela solidão, pelo embotamento e pelo tédio. Ao insuportável da existência, o sujeito pode responder com a violência, como numa tentativa de fazer furo nessa consistência imaginária que incita ao gozo maciço do espetáculo. (SILVA JR, *in. op. cit.*, p. 41).

Por sua vez, Melman (2008) fala em uma outra relação do sujeito contemporâneo com o objeto *a*, dessa vez não com o olhar, mas com a voz fazendo uma aproximação entre o sujeito contemporâneo e o psicótico, utilizando inclusive a expressão “psicose social” (*in. op. cit.*, p. 93). O referido autor cita como exemplo dessa relação do sujeito contemporâneo com o objeto voz, como num delírio psicótico, os jovens que transitam pelas ruas com seus fones de ouvido escutando música como numa “tentativa mecânica de

produzir um ruído alucinatório permanente. Como se, não suportando mais o silêncio do Outro, devêssemos entrar num mundo em que, sem cessar, haveria vozes, e vozes que não deixam de ter consequências, já que submergem você.” (MELMAN, *in. op. cit.*, p. 93). Melman diz ainda que essas pessoas parecem tomadas por uma espécie de gozo masturbatório, autístico, suscitado por esse sistema alucinatório artificialmente criado. “A relação com outrem é fundamentalmente minorada e desinvestida com relação a esse sistema vocal” (*idem*). Essa questão nos remete ao supereu que vocifera – Goza!

No mundo contemporâneo, o gozo triunfa sobre o desejo porque, segundo Melman (*in. op. cit.*), estamos diante de uma mudança na economia psíquica. Esse autor fala que na atualidade a economia psíquica deixou de ser fundada na linguagem, no significante e passou a se fundar no signo, e enquanto a palavra como significante remete sem parar a um outro significante, o signo remete à coisa, ou seja, a palavra que faz signo remete diretamente ao que é designado. Nesse dispositivo o supereu mantém sempre seu lugar tradicional de injunção de gozo, injunção até ir ao termo do gozo. O supereu, na leitura lacaniana, sempre comportou essa injunção, mas na nova economia psíquica “e não é uma pequena diferença, não há mais nada que ponha rédeas nele”. (MELMAN, *in. op. cit.*, p. 127). Lebrun diz que essa questão da injunção de gozo remete ao exemplo dos jovens com os seus fones de ouvido evocado por Melman, que, segundo Lebrun, têm uma necessidade de decibéis e que por vezes chegam a sofrer de problemas de audição e aponta para a existência, nesse caso, de uma relação de excesso. Melman concorda com a afirmação de Lebrun e complementa: “Visivelmente, foi o excesso que se tornou norma”. (MELMAN, *in. op. cit.*, p. 127).

Nas colocações realizadas pelos autores acima referidos é possível apontar o tipo de laço social estabelecido pelo discurso capitalista e pelo discurso científico, como já mencionado anteriormente. Vale lembrar que no discurso capitalista o S1 (significante

mestre) não faz cadeia com o S2. E mais, segundo Miller, em conferência proferida no IV Congresso da Associação de Psicanálise-AMP¹⁹, realizada na ilha de Comandatuba, na Bahia, o que ele denominou de discurso hipermoderno, como já fizemos referência anteriormente, coloca o objeto *a* no lugar do significante mestre, ou seja, no lugar de comando. O objeto *a* se impõe ao sujeito, convidando-o a ultrapassar os seus limites. Também é possível notar nas colocações em questão o que foi destacado anteriormente no texto de Barreto (*in. op. cit.*) sobre o supereu tirânico. “Supereu que é o objeto *a* como voz e algumas vezes como olhar”. (BARRETO, *in. op. cit.*, p.47). Lebrun, entrevistando Melman (*in. op. cit.*) sobre a questão do que este autor chama de nova economia psíquica pontua “Em outras palavras, tudo remete justamente a esse objeto no qual se pensa poder pôr a mão...”. (*idem*, p. 58).

É a ascensão do objeto *a* ao zênite da civilização, na medida em que os objetos de consumo são oferecidos para um gozo autossuficiente, autoerótico. É o gozo solitário do *um*, onde se pensa poder alcançar o objeto perdido sem passar pelo Outro, mas ao preço de ficar preso a ele. Dito de outro modo é alcançar o gozo no real, sem a intermediação do simbólico, sem o Nome-do-Pai, permanecendo preso ao registro imaginário. Esse é o preço. O gozo pela alienação, fixação do objeto. Ao sujeito contemporâneo não interessa saber nada da sua castração, já que os *gadgets* são postos a sua disposição para que a castração seja velada. A produção de tais objetos se constitui em uma promessa de proporcionar ao sujeito a consistência de seu ser, abolindo assim a sua falta-a-ser. Por isso os objetos acabam sendo a extensão do próprio ser.

Lebrun, entrevistando Melman (*in. op. cit.*, p.68), questiona qual o lugar ocupado pela violência na nova economia psíquica fundada na palavra que faz signo e não mais no

¹⁹ Texto consultado no site do VIII Congresso da Associação Mundial de Psicanálise-AMP a se realizar de 23 a 27 de abril de 2012 em Buenos Aires, Argentina.

significante, na exibição do gozo e não mais no recalque, como tem colocado o psicanalista. Ao que Melman responde:

A violência aparece a partir do momento em que as palavras não têm mais eficácia. A partir do momento em que aquele que fala não é mais reconhecido (...). Mas, nessa época em que vivemos, mais e mais seguidamente o sujeito não é reconhecido porque, inicialmente, ele não se instalou. Então a violência sobrevém incessantemente, por tudo e por nada. Uma espécie de violência que se tornou um modo banal de ralação social. (*in. op. cit.*, p.68).

Diante do que foi visto, a violência aparece então como sintoma do sujeito “desbussolado”, “desinibido” e alienado, em pura vontade de gozo como uma maneira de buscar atingir a uma satisfação plena, além do prazer. Um sintoma que indica o excesso imposto pelo supereu tirânico. Um apelo por um corte nesse excesso insuportável de gozo, gozo do Outro, que atravessa o sujeito e que lhe impede de ser, porque o escraviza e o aliena. Pode ser vista então como uma tentativa de arrancar do Outro que já não existe, o objeto causa de desejo que apesar de oferecido em quantidade pela ciência, não passa de objeto vazio. Puro signo, sem mediação simbólica alguma.

Essa é uma nova ordem, onde o Outro da linguagem já não existe e o objeto não é mais a causa do desejo que captura o gozo perdido, mas uma incitação ao gozo na forma de uma produção extensiva desses objetos materializados pela ciência. “No fundo, é como se se acreditasse, com esse tipo de funcionamento novo e as possibilidades novas que ele abre, poder abandonar a metáfora, não habitar mais a linguagem, não mais estar embarcado por obrigação na fala” (MELMAN, 2008, p. 24).

Essa é mesmo a proposta do discurso da ciência e do discurso capitalista, ou seja, uma proposta em que a referência simbólica seja sacrificada em prol de uma referência da ordem do saber e do consumo, ambas constituindo uma sutura na dialética do desejo instituída pela linguagem e abrindo a possibilidade de uma nova distribuição de gozo, articulado agora pelo saber.

O corpo que a linguagem compõe é decomposto pela ciência, despedaçado pelo seu saber, repartido e transformado em objeto de estudo numa promessa de não apenas curar doenças, mas de transformar a vida em um mar de prazeres, em um “bem estar” ou em um “estar bem” com o corpo através de cirurgias, fármacos, atividades físicas desenvolvidas compulsivamente e outras tantas formas de tentativa de “curar” a dor existencial, ou de tapar o buraco. Enquanto a linguagem compõe um corpo imperfeito, falho, que impulsiona ao desejo, a ciência promete um corpo perfeito, na forma e no funcionamento, que impulsiona ao gozo pleno, numa tentativa de dominar o Real, seja pelo aperfeiçoamento da tecnociência, seja pela supressão química do sofrimento.

Os corpos perfeitos são então exibidos, como se quisessem dizer: “olha, você pode!”. E esse olhar acaba se constituindo num novo modo de gozo. Um gozo que não é mais mediado pela palavra, mas que se constitui numa ordem imagética, *voyeurista*, de uma sociedade que pode ser chamada de escópica, como já foi colocado, onde o laço social é pobre e o gozo compartilhado numa relação de espelho.

Essas são as causas e as consequências da modificação sofrida pelo discurso do mestre e pelo eco do enunciado “O Outro não existe” (MILLER; LAURENT, 2005) que certifica definitivamente o declínio do reino do Nome-do-Pai como lei universal, lei significante a que está submetido o sujeito.

É no fim da supremacia do Simbólico e do significante, como efeito de um discurso social, que a violência enquanto ato e como sintoma encontra um terreno fértil para se proliferar. Isso porque, como visto, o ato surge onde a fala não aparece e atuar é de alguma forma romper com o laço social estabelecido pela linguagem. O que resta sem a fala é o ato. O ato de violência como colocado no decorrer do presente trabalho é o último recurso utilizado por um sujeito desbussolado que não suporta a angústia produzida no contato com o real, com a falta da falta.

Todas essas questões do declínio do Nome-do-Pai, ou seja, do declínio da ordem simbólica que tinha no significante a sua âncora ou o ponto de amarração dos registros Real e Imaginário, partindo de uma ordem universal, agora parecem apontar para uma clínica do social onde os novos sintomas surgem, indicando que um novo rumo deve ser traçado, inclusive pela psicanálise. Na clínica atual o analista não se depara mais apenas com as estruturas clássicas. Agora chegam à clínica, com frequência, toxicômanos, sujeitos que sofrem de transtornos alimentares, depressivos e sujeitos inteiros, que não tocam a dialetização, que por um fio podem atuar, ou quem sabe surtar. Os atos de violência fazem parte do cotidiano dessas pessoas que ao mesmo tempo em que vivem aterrorizadas por que não acreditam mais em nenhuma instituição e muito menos no Outro da linguagem, encontram-se em estado de alerta, prontos para se defenderem desse Outro invasivo, que lhes põem em risco e lhes contaminam através das imagens convocadas pelo discurso da hipermodernidade²⁰.

Miller e Laurent (1996-1997/2005) tratam das modificações na ordem simbólica e de suas conseqüências para a clínica desde o final da década de 80 e nos anos de 1996-97 ministraram um seminário no Departamento de Psicanálise de Paris VIII sobre essas questões. De acordo com o que foi visto nesse seminário, a inversão que ocorreu no discurso do mestre colocou duas questões da psicanálise que estão ligadas ao registro do Real em evidência. A primeira é o enunciado “O Outro não existe”, que surge com a destituição do S1 do seu lugar de comandante no discurso; e a outra é a da lógica da sexuação que está fundada sobre o enunciado: “Não há relação sexual”.

Jean-Pierre Lebrun (2004, apud MARCHESINI) coaduna com esse raciocínio sustentando a tese de uma mutação inédita de regime simbólico que implica no fim do laço social estabelecido pela presença de um lugar de exterioridade, de exceção. Diz que o que

²⁰ Ao utilizarmos o termo hipermodernidade pensamos na criação do termo por Miller ao qual já nos referimos anteriormente como uma junção dos discursos capitalista e da ciência.

caracterizava a organização coletiva, ou seja, o pacto social era o reconhecimento coletivo desse lugar da exceção que era a legitimação da autoridade na figura do Estado, do chefe, do rei, do presidente, do pai. Era um lugar de exterioridade ao conjunto. O que se assiste na atualidade é o ato de óbito da sociedade hierárquica.

Nesse aspecto, a violência articulada ao social pode ser compreendida como um ato que põe em causa a ausência absoluta de referencial simbólico como possibilidade restante ao sujeito de inscrição subjetiva no social. É um sintoma coletivo de sujeitos desbussolados diante do real do gozo, do mais-de-gozar presente no discurso hipermoderno.

As passagens ao ato em forma de violência estão cada dia mais corriqueiras, como demonstram os meios de comunicação e as pesquisas, a exemplo do Mapa da Violência divulgado pelos Institutos Sangari, referenciados no início do presente trabalho. Quantos são os casos veiculados pela imprensa, inclusive nomeando de monstros, assassinos, doentes mentais etc. àqueles que praticaram o ato? O que não se percebe é que, em grande parte desses casos, o que se visa é a ausência da autoridade. O sujeito está quase sempre fora do complexo paternal. Na hipermodernidade não se reconhece a ausência de falha no Outro social, lembrando que a primeira representação do grande Outro cultural é a figura materna. O Outro social é cheio, completo, não falha, não permite a entrada simbólica da castração como possibilidade de veicular a falta e o desejo. O que se tem é um social autossuficiente que promete, imaginariamente, a tudo prover.

A violência surge aqui como o que há de mais real, como um gozo não balizado pelo simbólico, como o que escapa a ordem simbólica. Como ensinou Lacan o que é foracluído do simbólico retorna no real (LACAN, 1959/1998). E ainda segundo Lacan “O que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala”. (LACAN, 1957-1958/1999). E se, segundo Melman (*in. op. cit.*), encontramos-nos diante de uma nova economia psíquica onde a palavra perdeu a sua força pacificadora dando lugar ao

signo que se refere diretamente ao objeto, o que pode surgir como produção? Um mais-de-gozar insuportável traduzido em atos: violência, drogas, distúrbios alimentares. Enfim, sintomas que indicam que o gozo não se encontra mais orientado pelo significante mestre e que corroboram com a noção de que o inconsciente como lei, ou seja, o supereu como injunção de gozo está no comando e que ele visa um bem para o sujeito que não coincide com o seu bem-estar, ou seja, “o gozo como bem que se traduz por mal-estar, quando não se confunde com a dor”. (BARRETO, *in. op. cit.*, p. 45). A violência, entre outros sintomas, é a representação, na contemporaneidade, desse mal-estar.

A afirmação de Lacan que já foi citada anteriormente de que “O que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala” (LACAN, 1957-1958/1999) é traduzida nos versos de Carlos Drummond de Andrade, cuja análise realizada por Cíntia Buschinelli (2004, p.15), a nosso ver, merece referência: “Em verdade temos medo/Nascemos escuro/ As existências são poucas: / Carteiro, ditador, soldado/ Nosso destino incompleto”.

Buschinelli (*in. op. cit.*) inicia sua análise dizendo que nos três primeiros versos se encontra posta a questão da existência: “Saímos do escuro para ser”. Mas, para sermos o quê? Aí é que está. O poeta oferece três possibilidades apenas, o que está posto no verso “As existências são poucas...”. Essas três possibilidades são colocadas logo em seguida e são elas: carteiro, ditador ou soldado. Buschinelli diz que é possível reconhecer de pronto uma dupla inseparável: ditador e soldado. O que dá ordens, que representa a lei e o que obedece, atuando, fazendo a guerra. Este, segundo a autora, está uniformizado, portanto destituído de sua singularidade. Obedecendo as ordens, ele mata e morre. A contraposição a essa dupla é feita pela figura do carteiro. “E quem é o carteiro? Simples, poderíamos responder de imediato: é aquele que leva as cartas, que caminha pelas ruas levando palavras”. (*idem*, p. 16). A análise da autora prossegue trazendo o texto de Freud *Por que a*

guerra?, a fim de responder as questões por ela elaboradas: “o que nos conduziria diante da vida a nos situar como ditador, soldado, ou carteiro? O que indicaria este caminho para cada um de nós?” (*idem*, p. 16). Não consideramos conveniente fazermos todo o seu percurso, apenas queremos demonstrar que os versos de Drummond corroboram com a oposição colocada por Lacan como possibilidades (poucas) de instituição das relações inter-humanas. Lacan coloca o par violência/fala, Drummond opõe ditador-soldado/carteiro. Se seguissemos o percalço da autora da análise, ainda no depararíamos com o par Tânatos/Eros, trazido por Freud na sua carta a Einstein. Todas essas questões nos remetem outra vez as características apontadas por diversos autores acerca do declínio da ordem simbólica e da prevalência na contemporaneidade de uma economia psíquica que pretende desprezar o significante e colocar em seu lugar o objeto, numa busca sem freios pela satisfação plena. Para nós, é essa nova economia psíquica que contribui para a produção e a banalização da violência. Isso, cremos que ficou demonstrado através da fundamentação teórica utilizada para a elaboração do presente trabalho e da ilustração permitida pelos versos do poeta Carlos Drummond de Andrade analisados por Cintia Buschinelli. “É na condição de carteiros que podemos nos opor de modo contundente à violência”, diz a autora. (*idem*, p. 20).

CONCLUSÃO

No presente trabalho abordamos o tema da violência como marca da contemporaneidade, procurando relacioná-la ao declínio da ordem simbólica representada na psicanálise pelo significante ao qual Lacan denominou Nome-do-Pai.

A escolha por esse tema teve origem nas questões inquietantes surgidas nos estudos das ciências jurídicas, sobretudo no estudo da criminologia. A forma rápida e maciça como a violência se impõe na sociedade contemporânea, ou seja, o fato de que a cada dia se verifica, como comprova o Mapa da Violência, mencionado na introdução do presente trabalho, mais casos de pessoas que cometem atos violentos em suas mais variadas formas: violência doméstica, violência racial, violência de gênero, etc. fazia parte do rol das questões que nos inquietavam. Optamos por não realizar essa distinção, ou seja, não delimitar sobre que forma de violência trataríamos, porque para isso seria necessário adentrarmos por um outro campo de investigação que seria a vitimologia, o que daria margem a uma outra pesquisa que no momento não é do nosso interesse. Por isso, tratamos da violência de uma forma mais genérica, considerando o seu caráter de repetição, de insistência e de proliferação na contemporaneidade, situando-a como uma marca, um sinal do mal-estar contemporâneo relacionando esse mal-estar com o declínio da ordem simbólica.

Para atingirmos o nosso objetivo, verificar a relação acima apontada, realizamos um percurso pelo ensino de Lacan desde a formulação do registro Imaginário, a partir do estágio do espelho, enveredando pela introdução e primazia que foi dispensada em seu ensino ao registro Simbólico com a introdução do significante o Nome-do-Pai, para em

seguida falarmos do declínio da ordem simbólica e as implicações causadas por esse fato, ou seja, em um novo mal estar (novo porque difere do mal-estar ocasionado pela presença do supereu paterno na forma como nos ensinou Freud) que o declínio da ordem simbólica veio a provocar no sujeito contemporâneo promovendo novos sintomas, entre os quais situamos a violência.

Assim, concluímos que a violência é uma marca na contemporaneidade de que algo não vai bem com o gozo, que este se encontra a deriva, sem os limites que antes eram impostos pela lei universal baseada no mito freudiano e no significante lacaniano o Nome-do-Pai. Que o gozo, na contemporaneidade, não se encontra balizado pelo Simbólico, que é um gozo que leva os registros Imaginário e Real às últimas conseqüências. Que, ao invés de se localizar no sujeito atual um superego paterno que falicize o gozo por lhe impor um limite é possível vislumbrar essa instância psíquica no modelo indicado por Lacan, um superego feminino, que vocifera um imperativo de gozo.

Charles Melman, citado várias vezes no presente estudo, considera o deslizamento tratado acima como uma mudança na economia psíquica. Mudança de uma economia do significante para uma economia do signo, já que na contemporaneidade a palavra perde a sua força e ao invés de remeter a uma outra palavra ($S1 \rightarrow S2$), apenas designa o objeto. E é essa aproximação do objeto que causa o mal-estar atual.

Também foi apontado no presente estudo que a falência do simbólico e a violência como sinal dessa falência são produtos do discurso capitalista em sua articulação com o discurso da ciência, pois a ordem instituída por esse discurso, hipermoderno, é a do superlativo, hipermercado, hiper..., ou seja, um “sem limites”, uma ordem de gozo, de felicidade ilusória ao qual o sujeito contemporâneo é obrigado a se submeter para permanecer no social. Ou seja, a violência é a expressão do mal-estar ocasionado no sujeito

contemporâneo pelo excesso de gozo, uma expressão muda, no ato, uma característica peculiar de nada dizer, mas de querer gozar.

Dessa forma entendemos a violência como sintoma social, como uma atuação, a manifestação de um excesso cuja característica é a ruptura com a ordem instituída pela palavra. Por isso consideramos a importância de tentar trazer a violência para a prática do dizer, da mesma maneira como são tratados os novos sintomas. Como estes a violência é gozo, uma satisfação paradoxal, para além do prazer.

Na perspectiva da clínica, Silva Jr., citado no decurso do presente trabalho, em seu estudo intitulado *Violência: sintoma contemporâneo?*, diz que Lacan, no *Seminário 14 - A lógica da fantasia* (1966-1967), localiza a transferência como uma modalidade do dispositivo analítico que vai de um “eu não penso”, onde está situada a passagem ao ato até um “penso” onde estaria situado o *acting-out*. O autor realiza essa referência por considerar que ela mostra a possibilidade de o sujeito, a partir da passagem ao ato, e inclui aí as situações de impulsões na qual ele localiza a violência, num “só-depois” poder ser levado a se questionar sobre o que o levou a cometer tal atuação. Diz ainda que seria um posicionamento clínico cuja proposta seria a de levar o sujeito a deslizar de um “nada a pensar”, mas apenas gozar a um “pensamento inconsciente” que, uma vez estabelecido, leva o sujeito a questionar sobre sua atuação. Essa seria uma proposta de acolhimento de um sofrimento que não se utiliza da palavra para se expressar na tentativa de levar o sujeito a se questionar sobre o seu mal-estar e a apostar na construção de um saber sobre o que o afeta. A proposta do autor sustenta a hipótese de que é o discurso analítico que traz uma saída dos imperativos do discurso capitalista e do discurso da ciência que impelem o sujeito para a alienação, cuja resposta pode ser a violência.

A psicanálise então não tem mais como tarefa aliviar o sujeito de sua culpa frente ao ideal, já que esse ideal faliu, mas tentar levar o sujeito a consentir em questionar sua

relação com o discurso contemporâneo para que lhe seja possível suportar o declínio do simbólico e a ausência de garantias trazidas por esse declínio, sem ter que ceder ao imperativo do supereu. Sobre essa questão, Laurent (2004, p. 20) aponta que se trata de dizer “sim” diante do impossível de negar com relação aos avanços técnico-científicos de nossa civilização, mas de também dizer “não” aos excessos, como uma forma de impedir que esses avanços e o resultado da sua produção, que são os objetos de consumo que incitam ao gozo, possam engolir a singularidade de cada um. Então, não se tem que ressuscitar o pai para que ele possa novamente legislar sobre o gozo, mas é preciso conduzir a questão de forma a não permitir que o “pronto-a-gozar” generalizado impeça o surgimento do particular do sintoma de cada um.

É a partir do particular do sintoma de cada um que pode ser possível uma nova versão do pai. Um pai não mais universal, mas um pai para cada um da forma indicada por Lacan em *RSI*, como aponta Elisa Alvarenga (2005, p. 18): “Lacan diz que a função do pai é a função do sintoma”. Trata-se da função suplementar do Nome-do-Pai/sintoma necessário para enlaçar os registros do Imaginário, Real e Simbólico e sobre a qual Lacan falou no seminário seguinte, *O sinthoma*, como destacou Fabián Naparstek, segundo Alvarenga (*in. op. cit.*) para dizer que é possível prescindir do Nome-do-Pai com a condição de nos servirmos dele. Segundo Miller, citado também por Alvarenga (*idem*) isso significa que o sujeito precisa deixar de crer em seu sintoma para ter a chance de servir-se dele. Ou seja, deixar de crer seria deixar de dar sentido, utilizando o sintoma na sua função de fixador de gozo.

Mas, essa nova abordagem do pai como sintoma na sua função de fixador de gozo oferece um novo tema para uma pesquisa futura, visando dar continuidade ao estudo realizado através dessa pesquisa cuja proposta foi estabelecer uma possível relação, na contemporaneidade, entre o declínio do Nome-do-Pai e a violência que se repete e que

insiste, à maneira do sintoma. A violência que surge como um gozo que não foi balizado pelo Simbólico e que retorna no Real. A violência como sinal de que algo não vai bem com o gozo. A violência como uma das marcas do mal-estar atual que acomete o sujeito contemporâneo. Enfim, a violência como um tema que pode ser tratado do lugar da psicanálise e sobre o qual a psicanálise também tem algo a dizer.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Elisa. **Um sintoma, um nome-do-pai**. Revista Correio nº 52/EBP – Belo Horizonte, 2005.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. Bras. José Rubens Siqueira. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARRIVÉ, Michel. **Linguagem e psicanálise, Lingüística e inconsciente**. Trad. Bras. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARRETO, Francisco Paes. **A lei simbólica e a lei insensata: uma introdução à teoria do supereu**. Curinga/EBP – Minas Gerais, v.17. Belo Horizonte: EBP-MG. Nov. 2001. ISSN 1676-2495

BUSCHINELLI, Cintia. O medo, a violência e as palavras. In: **Leituras Psicanalíticas da Violência**. Paulo César Sandler organizador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CABAS, Antônio Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CAMPOS, Maria Elisa Fonseca Goduardo. **Crimes do supereu: da incensatez da lei às suas ficções**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte. 2009. [HTTP://www.bibliotecadigital.ufmg.br](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br). Acesso em 30/05/2012.

CASTRO, Júlio César Lemes. **Capitalismo e discurso da universidade: Marx com Lacan**. In: VI Colóquio Internacional Marx e Engels. GT 3- Marxismo e ciências humanas. [HTTP://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemax/se](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemax/se). Acesso em 30/05/2012.

DRUMMOND, Cristina. **Lacan e a Lei: para além da transgressão**. Curinga/EBP – Minas Gerais, v.17. Belo Horizonte: EBP-MG. Nov. 2001. ISSN 1676-2495.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo sociológico**. Lisboa: Presença, 1996.

FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. Bras. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Duas histórias clínicas (o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos)**. Rio de Janeiro: Imago, 1909/1996.

_____. **Totem e tabu e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1913-1914/1996

_____. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos** Rio de Janeiro: Imago, 1914-1916/1996.

_____. **O futuro de uma ilusão e mal-estar na civilização e outros trabalhos** Rio de Janeiro: Imago, 1927-1931/1996.

GREISER, Irene. **Delito Y transgresión**: um abordaje psicoanalítico de la relación del sujeto com la ley. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009. ISBN 978-987-1199-66-2.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. In: [HTTP://www.mariaritahehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf](http://www.mariaritahehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf). Acesso em 30/05/2012.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1945/1998.

_____. **A agressividade em psicanálise** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1948/1998.

_____. **O estádio do espelho como formador da função do eu** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949/1998.

_____. **Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1951/1998.

_____. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1953/1998.

_____. **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1957/1998.

_____. **De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1959/1998.

_____. **Observação sobre o relatório de Daniel Lagache**: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1960/1998.

_____. **A ciência e a verdade** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998.

_____. **Nomes-do-Pai**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. O Seminário, livro 3, **As psicoses** (1955-1956). 2ª Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. O Seminário, livro 4, **A relação de objeto** (1956-1957), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. O Seminário, livro 5, **As formações do inconsciente** (1957-1958), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. O Seminário, livro 7, **A ética da psicanálise** (1959-1960), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. O Seminário, livro 10, **A angústia** (1962-1963), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. O Seminário, livro 11, **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. O Seminário, livro 17, **O avesso da psicanálise** (1969-1970), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. O Seminário, livro 20, **Mais ainda** (1972-1973), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **Conferência de Milão** (1972), inédito.

_____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1938/1998.

_____. **Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1950/1998.

_____. **Discurso de Roma** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1953/1998.

_____. **Nota sobre a criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969/1998.

_____. **Televisão** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974/1998.

LAIA, Sérgio. **Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana**: uma contribuição para a investigação sobre a “perversão generalizada”. In: @gente-revista digital de psicanálise, nº 4, p.6.

LAURENT, E. **Servir-se do pai** - A sociedade do sintoma. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

MARCHESINI, Silvana Maria. **Violência como forma de inscrição subjetiva no social**. Acesso internet em 20/09/2011. <http://acfportugal.com/cartaacf/licao22.htm>

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. **Uma fantasia**. Acesso Internet em 17/07/2011 <http://www.congresoamp.com/pt/template.php?file=Textos/Conferencia-de-Jacques-Alain>

MILLER, Jacques-Alain ; LAURENT, E. **United Syptoms in**: El Otro que no existe y sus comités de ética. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Trad. Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

QUINET, Antônio. **Um olhar a mais**: ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RAMIREZ, Heloísa Helena Aragão e. **Sobre a metáfora paterna e a forclusão do Nome-do-Pai**: uma introdução. Mental-ano II - n.3 p. 89-105 Barbacena, 2004

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTIAGO, Jésus. **O crime kakon**: uma questão sobre a lei do gozo nas psicoses. In: Lacan e a Lei. Curinga. Belo Horizonte: EBP-MG, Nov. 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Bras. Antônio Chelini et al. 4ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA Jr., Jurandyr do Nascimento. **Violência**: sintoma contemporâneo? Tese Doutorado em Psicologia UFRJ/IP. 2007.

SILVA Jr., Jurandyr do Nascimento e BESSET, Vera Lopes. **Violência e sintoma**: o que a psicanálise tem a dizer? In: Fractal: Revista de Psicologia, v.22 – n. 2. p. 323-336. Maio/Agosto 2010. [HTTP://www.uff.br/periodicoshumanas/index.ph](http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.ph). Acesso em 30/05/2012.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TENDLARZ, Silvia Elena e GARCÍA, Carlos Dante. **A quién mata el asesino?** Buenos Aires: Grama, 2009.